



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

**A INFLUÊNCIA DO CIBERESPAÇO NO EXERCÍCIO DA
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E NA DEMOCRACIA DIRETA**

Dissertação de Mestrado

Ivo José Triches

FLORIANÓPOLIS

abril 2003

Ivo José Triches

**A INFLUÊNCIA DO CIBERESPAÇO NO EXERCÍCIO DA
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E NA DEMOCRACIA DIRETA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, área de concentração em Logística Empresarial, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dulce Vera Cruz, Dr.

Florianópolis, abril de 2003

Ivo José Triches

**A INFLUÊNCIA DO CIBERESPAÇO NO EXERCÍCIO DA
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E NA DEMOCRACIA DIRETA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Engenharia de Produção, área de concentração Logística Empresarial, aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 01 de abril de 2003

Prof.^a Dulce Vera Cruz, Dr.

Coordenadora

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dulce Vera Cruz, Dra,

orientadora

Prof. Geraldo Balduino Horn, Dr.

Prof. Hugo Cesar Hoeschel, Dr.

*Dedico a todos aqueles que apoiaram
o desenvolvimento deste trabalho, principalmente
à minha família e aos colegas de estudo, aos
amigos e ao meu tio avô: Luis Pelissari.*

Agradecimentos

À Universidade Federal de Santa Catarina.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

*Ao orientador Prof.^a Dra. Dulce Vera Cruz,
pela sua competência e humanismo.*

Ao meu amigo Alexandre pela força.

*Aprender é a coisa de que a mente nunca se cansa,
nunca tem medo e nunca se arrepende*

Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Apresentação do Objeto em Questão	1
1.2 Justificativa	1
1.3 O Problema	3
1.4 Objetivo Geral e Específicos	4
1.5 Metodologia	5
1.6 Estrutura dos Capítulos	5
2 A ANATOMIA DA DEMOCRACIA NO MUNDO OCIDENTAL	8
2.1 A Democracia e seus Fundamentos.....	8
2.2 A Democracia Representativa	11
2.3 A Democracia Direta ou Participativa	17
2.4 A Relação entre Democracia e Poder	20
2.4.1 Visão geral do conceito de poder.....	20
2.4.2 As diversas fontes e instrumentos do poder.....	22
2.4.3 As fontes do poder	25
2.5 A Relação entre Poder, Democracia e Comunicação	27
3. CIBERESPAÇO E DEMOCRACIA	29
3.1 O Ciberespaço e a Democracia Digital.....	29
3.2 O Nascimento de uma Nova Antropologia a partir do Ciberespaço	35
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	49
4.1 Escolha da Metodologia	49
4.2 A Pesquisa	52
4.2.1 Descrição de alguns Links no Portal do Governo Federal.....	52
4.2.1 Descrição de alguns links no portal do governo do Estado do Paraná.....	57
4.2.1 Descrição de alguns links no portal da prefeitura municipal de Porto Alegre.....	61
4.3 Análise e Interpretação dos Dados.....	72
4.3.1 A Influência do ciberespaço no mundo da política.....	72

4.3.2 O ciberespaço e a democracia direta	74
CONCLUSÕES	76
REFERÊNCIAS	81

LISTA DE FIGURAS

1	PRIMEIRA PÁGINA DO LINK SALA DE BATE-PAPO DO PORTAL UOL.....	39
2	PORTAL DA MSN	40
3	PORTAL TERRA	41
4	PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DO MINNESOTA E-DEMOCRACY	42
5	PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DEMOCRACIA VIRTUAL	43
6	SITE DEMOCRACIA VIRTUAL – LINK "PROJETO DE LEI"	44
7	PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL ENCRUZILHADA.....	45
8	PÁGINA PRINCIPAL DO SITE DEMOCRACIA DIRETA	46
9	LINK PRESENTE NO SITE "DEMOCRACIA DIRETA"	47
10	MAPA DO PORTAL DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL	52
11	MAPA DO PORTAL DO GOVERNO FEDERAL.....	53
12	MAPA DO PORTAL DO GOVERNO FEDERAL.....	54
13	MAPA DA PÁGINA PRIMEIRA PÁGINA PORTAL DO GOVERNO FEDERAL	55
14	PÁGINA DA GLOBONEWS SOBRE O PORTAL DO GOVERNO FEDERAL.....	56
15	PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	57
16	PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - SEGUNDA PARTE	58
17	ÍCONE EXPLICATIVO SOBRE O PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.....	59
18	ÍCONE ONDE PODEREMOS ENCONTRAR AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	60
19	PRIMEIRA PARTE DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	61
20	- SEGUNDA PARTE DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	62
21	ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	63
22	ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.....	64
23	ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.....	65

24	ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.....	66
25	LINK LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA PRINCIPAL PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	67
26	LINK LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DA EDUCAÇÃO DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	68
27	ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	69
28	ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA RELACIONADA AO TEMA: "DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO " NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	70

RESUMO

TRICHES, Ivo José. **A Influência do Ciberespaço no Exercício da Democracia Participativa e na Democracia Direta**. Florianópolis, 2003, 105 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

Pretendeu-se examinar, com esse trabalho, a influência do Ciberespaço no exercício da democracia participativa e na democracia direta. Para alcançar essa finalidade, inicialmente, realizamos uma revisão de literatura acerca do poder, da democracia na sociedade ocidental e das imbricações do Ciberespaço no campo das relações sociais. A base epistemológica principal utilizada em nossa pesquisa foi o método dialético. Como apoio a esse método geral utilizamos uma pesquisa qualitativa de caráter hermenêutico em três portais eletrônicos, sendo eles: O da Prefeitura municipal de Porto Alegre; do Governo do Estado do Paraná e o portal do governo federal do Brasil. Com base nos dados levantados nesse estudo, pode-se dizer que há uma influência do Ciberespaço no exercício da democracia. Sobre a hipótese por nós levantada de que o ciberespaço está possibilitando o exercício da democracia direta, podemos inferir que as condições de possibilidades estão postas para que isso se efetive. O portal aonde contatamos isso foi o da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Palavras-chave: poder, democracia representativa, democracia direta, ciberespaço e força produtiva.

ABSTRACT

We intended to examine, with this work, the influence of the Cyberspace in the exercise of the participative democracy and in the direct democracy. To reach this goal, initially, we reviewed the literature on the power of democracy in the occidental society and of the implications of the Cyberspace in the field of the social relationships. The main epistemological basis used in our research was the dialectic method. As a support to this general method we used a qualitative research of hermeneutic character in three electronic portals, which are: the one from the city hall of Porto Alegre; the one from the Government of the State of Paraná and the portal of the federal government of Brazil. Based on the information gathered through this study, we can say that there is an influence of the Cyberspace in the exercise of the democracy. About our hypothesis that the cyberspace is allowing the exercise of the direct democracy, we may infer that the conditions of possibilities are posed for this to happen. The portal where we found this was the one belonging to the City Hall of Porto Alegre.

Key words: power, representative democracy, direct democracy, cyberspace and productive force.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Objeto em Questão

As alterações no campo das forças produtivas nos últimos cinquenta anos contêm um conteúdo capaz de interferir não só na questão antropológica, como também, nas relações sociais. Cabe aos espíritos inquietos que se devotam à promoção humana, a tarefa de decifrar tal conteúdo por meio do processo da reflexão, elucidando suas inspirações características e identificando suas implicações.

Essas alterações no campo das forças produtivas podem ser constatadas claramente quando olhamos por exemplo as viagens espaciais, a televisão, a aviação, o telefone celular, a internet, a conexão planetária crescente, a revolução genética proporcionando a clonagem, a liberação das mulheres, sem falar das mutações políticas e sociais em curso. Estamos diante de modificações decisivas no mundo humano sendo processadas na escala de uma geração.

No bojo de tais modificações encontram-se aquelas relacionadas ao tema do ciberespaço, da democracia participativa e da democracia direta. Em outras palavras: a presença do ciberespaço nas relações sociais – entre elas aquelas relacionadas ao mundo da política – pode ser testada face à evidência histórica, constatadas nas observações do dia-a-dia e no simples uso do bom senso. É a partir dessa perspectiva que buscamos estudar a influência do ciberespaço no exercício da democracia participativa e na democracia direta.

1.2 Justificativa

Este projeto se justifica porque com o surgimento do ciberespaço houve uma significativa transformação da comunicação, da organização do saber, e da própria forma da comunicação desse saber. Houve um aumento do potencial do indivíduo que se serve da máquina, em suma, trata-se de uma tecnologia intelectual, ou seja, trata-se de um instrumento com o qual pensamos, comunicamos e elaboramos conhecimentos.

Nesse sentido, LÉVY (2001, p.79) nos diz:

Oferecendo a Internet ao mundo, a comunidade científica lhe ofertou a infraestrutura técnica de uma inteligência coletiva que é, sem dúvida, sua mais bela descoberta. Ela transmitiu assim para o resto da humanidade sua melhor invenção, aquela de seu próprio modo de sociabilidade, de seu tipo humano e de sua comunicação. Essa inteligência coletiva refinada há séculos é perfeitamente encarnada pelo caráter livre, sem fronteiras, interconectado, cooperativo e competitivo da Web e das comunidades virtuais.

Essas tecnologias da informação vem de maneira significativa fazendo parte dos processos coletivos e por conseguinte na construção da subjetividade dos atores sociais. Indicativo claro que o campo da luta política pela democracia passará necessariamente pela apropriação coletiva de tal fenômeno técnico. Segundo LÉVY (2001, p.61):

Isso é absolutamente indispensável, pois se pensa que a técnica é algo de completamente estruturante em relação à sociedade e à vida social, uma democracia que não tivesse nada a dizer sobre o emprego da técnica não seria de forma alguma uma democracia. De qualquer forma, escolher quem vai ser o chefe não é de modo algum a democracia, a democracia é se encarregar coletivamente de nossa vida coletiva, caso não tenhamos outra definição de democracia.

A expressão presente no texto acima "... democracia é se encarregar coletivamente de nossa vida coletiva" é um indicativo do juízo de valor do qual nos apropriamos para evidenciar a relevância do presente trabalho.

Outro aspecto do qual nos valem para justificar a importância desse tema é o fato de acreditarmos que com o ciberespaço as condições de possibilidades estão sendo postas para que o homem, fazendo uso da técnica, consiga de um modo verdadeiramente operacional e razoável a gestão coletiva das coisas públicas. A tentativa da demonstração empírica dessa afirmação se dará através do estudo dos três portais eletrônicos que foram construídos a partir da perspectiva de colocar essa nova força produtiva a serviço da relação Estado-cidadão. A despeito disso, haverá referências a outros portais que versam sobre o tema em questão.

Cabe também destacar que a comunicação em tempo real, permitida pelo ciberespaço de certo modo representa o retorno à comunicação tribal, na medida em que aproxima as pessoas. A diferença é que agora podemos fazer isso de uma

forma em que o espaço geográfico já não se torna um obstáculo. Além disso, conseguimos fazer isso numa escala infinitamente mais abrangente daquela do clã, da tribo etc.

Na tentativa de demonstrarmos a validade de um estudo dessa natureza dentro da Engenharia da Produção lançamos mão de uma afirmação de Norberto BOBBIO (2000, p.382).

Com relação às duas diferenças fundamentais entre democracia dos antigos e democracia dos modernos, sobre as quais falei até agora, pode-se timidamente prever que a democracia do futuro goza do mesmo juízo de valor positivo da democracia dos modernos, embora retomando em parte, através da ampliação dos espaços da democracia direta, tornada possível com a *difusão dos meios eletrônicos*, à democracia dos antigos.

Essa afirmação de Bobbio se constitui no núcleo central de nosso trabalho, ou seja, demonstrar a influência do ciberespaço no exercício da democracia.

1.3 O Problema

Foi considerando o acima exposto que nosso objeto de pesquisa foi constituído. Desse modo, nossa proposição central foi formulada nos seguintes termos:

- O surgimento do ciberespaço está influenciando o "exercício"¹ da democracia no Brasil?

¹ Por este conceito entendemos a prática democrática propriamente dita. Prática esta que se materializa pela liberdade de expressão e pela autonomia dos atores sociais.

- Caso esteja, é possível pensarmos no uso dessa "força produtiva"² como instrumento para o exercício da "democracia direta"³?

1.4 Objetivo Geral e Específicos

Partindo destas questões norteadoras procuramos estabelecer o estágio cognitivo da compreensão do problema, ou seja, estabelecemos o objetivo central de nossa busca, a saber:

- Examinar a influência do Ciberespaço no exercício da democracia participativa e na democracia direta.

A fim de concretizar tal busca, formulamos outros objetivos que representam etapas auxiliares na direção daquele fim central:

- Compreender a anatomia da democracia direta e da democracia participativa;
- Investigar os fundamentos da democracia no pensamento moderno;

² Nossa definição de força produtiva se aproxima a de Karl Marx. Para BOTTOMORE (1987, p.153), "O conceito de força produtiva de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam, porém, vários elementos cuja definição é discutida. Alguns autores encaram a própria ciência como uma força produtiva (e não apenas as transformações dos meios de produção que dela resultam), e há quem considere o espaço geográfico como um força produtiva". Diante dessa afirmação de BOTTOMORE, nossa compreensão desse conceito toma um sentido mais *lato sensu*, ou seja, tudo aquilo no qual o homem lança mão para transformar a natureza e a si próprio, pode ser compreendido como força produtiva. É por isso que o Ciberespaço também é aqui apresentado como mais uma força produtiva.

³ No tocante a esse conceito, nossa definição indica a poder dos atores sociais participarem diretamente do destino do grupo social a que estão vinculados. Não há nessa forma de democracia a necessidade imperativa de delegar à alguém o poder de representá-lo, como é o caso de Democracia Moderna que se caracteriza por esta forma de organização, isto é, a Democracia Representativa como a conhecemos até hoje. Cada um, se assim desejar, pode participar diretamente da gestão da coisa pública.

- Estabelecer as imbricações entre democracia e poder;
- Identificar nos portais do Governo Federal do Brasil, do Governo do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre elementos nos possibilitem afirmar a existência da prática da democracia representativa ou da democracia direta, através desses instrumentos de comunicação;
- Possibilitar mais um instrumento para análise do mundo da política, do poder e da democracia.

Tais proposições nos auxiliarão na tentativa de demonstrar a seguinte hipótese: o ciberespaço está possibilitando o exercício da democracia direta.

1.5 Metodologia

Nos valeremos, inicialmente, do método indutivo porque consideremos no estudo em questão que o conhecimento está fundamentado na experimentação. Nessa forma metodológica a generalização é decorrente do estudo de casos presentes na realidade concreta. Nossa pesquisa se dará a partir do estudo de três portais eletrônicos como descreveremos a seguir.

Analisaremos os portais do governo federal – [Http://www.redegoverno.gov.br](http://www.redegoverno.gov.br) –; do governo do estado do Paraná – <http://www.pr.gov.br> –; e da Prefeitura de Porto Alegre <http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Nesta análise procuraremos os elementos que nos indicam a existência da prática da democracia representativa ou direta no Brasil.

Diante da constatação empírica presente nos links de tais portais, faremos a descrição analítica dos dados levantados, uma análise qualitativa de caráter hermenêutico. Permitindo, assim, fazermos as inferências diante do que for constatado.

1.6 Estrutura dos Capítulos

Na presente introdução procuramos destacar nosso objeto de pesquisa, nosso objetivo geral e os específicos, como também, justificar a relevância desse estudo.

Destacamos também a metodologia utilizada que nos servirá de norte para atingirmos os objetivos propostos.

No capítulo II buscamos analisar o processo de construção histórica da democracia. Primeiramente no mundo grego, como berço da democracia direta e posteriormente na idade moderna, quando da formação dos estados nacionais, onde tivemos o nascimento da chamada democracia representativa.

No momento seguinte nossa revisão de literatura fixou-se sobre a questão do poder e sua relação com a democracia, a partir de dois clássicos da sociologia contemporânea, Weber e Thompson. No momento seguinte abordamos a teoria de Kenneth Galbraith acerca da anatomia do poder. Nessa teoria ele nos apresenta as três fontes do poder, sendo elas: *a personalidade, a propriedade e a organização*. E nos apresenta ainda, os três instrumentos para o exercício do poder: *o poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado*. Uma vez que consideramos que essa abordagem de Galbraith é bastante fecunda, creditamos boa parte dessa revisão de literatura a ele.

Completa-se esta primeira parte de nossa revisão bibliográfica com as concepções de poder e democracia de Norberto Bobbio, onde o mesmo faz alusões sobre a diferença entre a democracia dos antigos e dos modernos. Ele também indica a possibilidade da difusão dos meios eletrônicos – como indicamos na citação acima – como um instrumento que permitirá o avanço da democracia direta. Faz alusões a isso muito embora diz que não deseja enveredar suas pesquisas nesse campo. Contrariando Bobbio aprofundaremos nossos estudos investigando as relações entre o ciberespaço e a democracia. Sendo esse nosso objetivo seguinte.

O capítulo III foi consagrado ao estudo da conceituação e do desenvolvimento do ciberespaço e de suas imbricações com a democracia. Está presente também nessa unidade a reflexão em torno da democracia digital, aonde destacamos alguns portais, tanto no âmbito internacional como nacional. Enfatizamos ainda, as mudanças no campo das relações sociais a partir do surgimento das referidas forças produtivas. Evidenciando com isso o surgimento de um novo homem com características culturais bastantes distintas do período que antecede a tais tecnologias.

O detalhamento da metodologia utilizada e a pesquisa propriamente dita são o objeto do quarto capítulo. Ali destacamos em forma de figuras, o mapa do portal ou a página principal e todos os casos estudos. Procuramos localizar e destacar também os ícones que tratavam do objeto de estudo para que pudéssemos fazer as inferências necessárias.

No capítulo V, realizamos as inferências acerca dos resultados obtidos. Nesse momento buscamos comentar as questões norteadoras, os objetivos propostos e proceder análise sobre a hipótese levantada de que o ciberespaço está possibilitando o exercício da democracia direta. Encontraremos também nessa unidade a retomada dos referencial teórico de apoio à nossa construção teórica.

As Considerações finais contêm a sistematização dos resultados do estudo, seguida de suas implicações práticas e possibilidades de pesquisas vindouras. Estão presentes também, algumas indicações sobre a possibilidade de construção de um novo conceito de poder, a partir da contribuição do ciberespaço. E ainda algumas sugestões de intervenções para que esse novo conceito possa se tornar uma realidade hegemônica num futuro breve.

2 A ANATOMIA DA DEMOCRACIA NO MUNDO OCIDENTAL

2.1 A Democracia e seus Fundamentos

Quando falamos em democracia, de modo geral, a primeira imagem que nos vem a mente é a do dia das eleições. Começamos a imaginar as longas filas que se repetem no Brasil a cada dois anos. Às vezes vemos na televisão: – "caiu uma ditadura, instaurou-se um regime democrático", ou ainda – "a democracia na Venezuela está em perigo". No entanto quando analisamos mais a fundo vemos que nesse conceito está implícita uma série de fatores que não são perceptíveis num primeiro momento. Só é possível desvendar essa complexidade se a análise for feita levando-se em conta a contribuição da Ciência Política. E é isso que buscaremos nas linhas a seguir.

Quando tomamos conceito democracia no seu sentido lato, vemos que ele não se aplica somente às instituições governamentais. Aplica-se a todos os espaços de relações sociais nos quais há uma relação de partilha de poder. Qualquer que seja a designação dada, o exercício do poder está submetido a certas condições quanto à definição dos objetivos e quanto à participação dos membros do grupo em sua definição e execução. Em outras palavras, considera-se democrática toda instituição em que os fins coletivos são objeto de um consenso e nos quais as decisões são tomadas observando os aspectos funcionais e não somente de acordo com regras hierárquicas.

No contexto da democracia em geral a função da eleição não visa somente estabelecer a vontade geral. Segundo BOUDON e BOURRICAUD (1993, p.133).

Ela contribui – ou presume-se que contribua – para o estabelecimento de um "clima" de reciprocidade de informação e de compreensão, em que pode desenvolver-se a solidariedade, ou pelo menos a tolerância entre os membros de sociedade, em que os riscos de abuso e de exploração pelos governantes são metodicamente controlados. Assim interpretada, a democracia é uma modalidade de governo de qualquer organização onde as garantias reconhecidas a todas as categorias de interesses e de opiniões para se exprimirem e participarem reduzem a distância entre governantes e governados.

Contudo, o fenômeno das eleições, fundamento indispensável das democracias em geral, pode ser colocado diante de alguns problemas lógicos. Uma das indagações primeiras seria a seguinte: os eleitores possuem o discernimento necessário no ato de votar? A falta de informação e de reflexão não o expõe fatalmente ao erro? Poderíamos também perguntar se os eleitores no ato do voto estão investidos de valores nobres, aonde os interesses da coletividade estão em jogo e não somente seus interesses particulares. Considera-se que tais indagações acabam se resolvendo dentro do próprio ambiente democrático, à medida que uma nova eleição pode corrigir um erro anterior tomado pela vontade da maioria. Ela se pauta pelo princípio que "o poder deve contrabalançar o poder". Entendemos que ela se constitui no único regime político que permite auto-correção.

Na ciência política contemporânea, a Democracia é compreendida sob bases epistemológicas diferentes. A primeira diz respeito à visão clássica de Democracia, onde ela é entendida como sendo o governo do povo, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania. O regime ateniense distinguia-se pelo caráter direto do governo popular. Era a assembléia dos cidadãos, cujo número nunca excedeu a vinte mil habitantes, que tomava as decisões pela via do sufrágio. Essa teoria remonta ao pensamento de ARISTÓTELES (1999), que no seu processo de sistematização do pensamento político da época, classificou três formas de governos: a monarquia como sendo o governo de um só; a aristocracia como sendo o governo de poucos e a Democracia sendo o governo de muitos. Cabe ainda aqui destacar que das três concepções, essa é a mais aceita em toda a tradição do pensamento ocidental.

A segunda visão da democracia foi preconizada durante o período medieval (de origem romana) aonde considerava-se democrático o governo que fosse apoiado na soberania popular. Segundo BOBBIO (1997, p.319):

... na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior.

Na terceira concepção de democracia temos Maquiavel como principal representante. Nessa concepção os conceitos democracia e república são utilizados como sinônimos. Isso ocorreu porque no período das revoluções da modernidade chamavam-se de republicanas ou democráticas. Onde os ideais de um governo eram genuinamente baseados na soberania popular.

Quando buscamos a diferença entre a democracia dos antigos e a democracia contemporânea vemos que o aspecto fundamental que nos serve de norte para que possamos perceber tal diferença é o seguinte: os gregos concebiam a democracia como o que hoje nós chamamos de "democracia direta", ou seja, o processo de participação da vida política se dava através da assembléia. Onde cada cidadão participava dos rumos da *polis*; já nos tempos modernos a democracia passa a ter uma outra conotação. Ela acontece através dos representantes da população. É o que nós chamamos de "democracia representativa".

Por isso, o voto, ao qual se costuma associar a idéia central da democracia atual, é o voto não para se decidir, mas para eleger quem deverá decidir. Desse modo quando descrevemos o processo democrático ocorrido ao longo do séc. XIX nos diferentes países que hoje dizemos que são democráticos, estamos nos referindo à ampliação gradativa, as vezes mais rápida outra vezes mais lenta, do direito de eleger os representantes. Considera-se aqui também a gradativa ampliação do processo eleitoral para os diferentes segmentos da sociedade (BOBBIO, 2000, p. 376).

Das duas diferenças entre a democracia moderna e a democracia antiga, a primeira foi o efeito natural da alteração das condições históricas, a segunda, ao contrário, foi efeito de uma diferente concepção moral de mundo. A substituição da democracia direta pela democracia representativa deveu-se a uma questão de fato; o distinto juízo sobre a democracia como forma de governo implica uma questão de princípio. As condições históricas alteraram-se com a transição da cidade-Estado para os grandes Estados territoriais. O próprio Rousseau, embora tivesse feito o elogio da democracia direta, reconheceu que uma das razões pelas quais uma verdadeira democracia jamais existiu, e jamais existirá, era que ela exige um Estado muito pequeno no qual seja fácil para o povo reunir-se, e no qual cada cidadão possa facilmente conhecer todos os outros.

Outro aspecto que nos ajuda a compreender os fundamentos da democracia, numa sociedade dita democrática passa a se constituir a partir das teorias contratuálistas. Um pacto de não-agressão de cada um com todos os outros e o dever de obediência às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo que foram feitas de comum acordo e, portanto, preestabelecidas. Dessas regras a principal é aquela que permite solucionar os conflitos que surgem em momentos determinados do processo, sem recorrer à violência recíproca. Ocorre, porém, que tanto o pacto da não-agressão, quanto o pacto positivo de obediência, para serem, além de válidos, também eficazes, devem ser garantidos por um poder comum. Através do pacto de não-agressão os atores sociais deixam o estado de natureza e passam a viver naquilo que chamamos de sociedade cível, onde o Estado passa a ser a instituição suprema que garantirá a permanência desse pacto.

Um exemplo histórico contemporâneo disso foi o pacto de não-agressão proposto inicialmente pelas nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial. Pacto este garantido pela Organizações das Nações Unidas e que mais tarde passou a ser estendido a todas as nações que compõem essa instituição.

Cabe aqui destacar mais um princípio básico da democracia. Sem poder comum, ao que GALBRAITH (1999) chamou de simetria bimodal, não há qualquer garantia de que o pacto de não-agressão seja respeitado e a obediência às decisões sejam asseguradas. Podemos considerar que não há poder comum sem uma relação intersubjetiva construída a partir de uma relação entre iguais. Essa relação não acontece sem uma relação dialógica autêntica. Ocorre aqui um questionamento: – em que consiste essa relação dialógica? Isso será objeto de estudo posterior, no momento da análise acerca dos resultados de nossa pesquisa no capítulo IV.

2.2 A Democracia Representativa

O tema ora em questão está presente no debate político da humanidade há, no mínimo, dois séculos. As raízes dos sistemas políticos de representação encontram-

se nos regimes constitucionais dos Estados Modernos. Os regimes políticos antigos e medievais, por coexistirem com sociedades escravocratas ou servis, não tem identificação com as situações inauguradas com o Estado Moderno.

Mesmo com o Absolutismo, onde a idéia de "contrato " já aparece em vários ideólogos do período e o súdito já seja portador de direitos, sua condição ainda é distante da qualificação de cidadão, tendo sua gênese na Revolução Francesa.

As origens dos sistemas representativos nascem de concepções liberais que expressavam o desenvolvimento e o amadurecimento das sociedades mercantis e das condições objetivas de acumulação e do trabalho livre para o surgimento do capitalismo. Nesse momento histórico o que se pretende para BOUDON e BOURRICAUD (1993, p. 129) é:

... menos instituir o reino de uma muito hipotética vontade geral, do que a agenciar, ou a tramar mecanismos de controle, pelos quais os "governantes " são mantidos com rédeas mais ou menos curtas pelos "governados ". Esse regime político está associado a um estado social caracterizado por uma divisão do trabalho muito desenvolvida pelo existência de uma sociedade civil, em que os "burgueses " dão expressão legítima à diversidade de seus interesses e de suas opiniões.

Esse processo não foi linear, nem simultâneo. Na Europa ou no Novo Mundo, e expressa através das várias correntes teóricas, as contradições e conflitos sociais que permearam o surgimento do modo de produção capitalista, conjuntamente com a forma de democracia representativa.

John Locke é um dos principais representantes dessa concepção liberal de democracia representativa. Para ele, o direito natural é o direito à liberdade que, junto com o trabalho sustentam o direito à propriedade e o Estado tem como função, como objetivo, defendê-la. E mais: esta deve ser a função essencial do Estado sob controle de representantes delegados com o direito de fazer as leis e aplicá-las.

Outro defensor dessa concepção foi Benjamim Constant. Ele visava desqualificar o absolutismo da vontade geral presente na concepção rousseauiana que, segundo ele, continha reminiscências no pensamento grego e romano. Sua concepção se assemelhava à concepção inglesa de democracia. Sobre essa concepção de Democracia liberal BOUDON e BOURRICAUD (1993, p.130) nos dizem:

A Democracia Liberal dá prioridade à liberdade, entendida como independência e não-interferência da autoridade na esfera dos interesses privados – salvo por motivos de utilidade pública devida e contraditoriamente reconhecida. A igualdade entendida como ausência de privilégios é valorizada na medida em que aparece como condição favorável à realização de independência e da autonomia pessoais, ou como o estado social meritocrático que lhes é naturalmente associado. A fraternidade, a existência de uma comunidade politicamente solidária, é valorizada na medida em que resulta mais de sua fusão do que de sua assimilação, tidas como suspeitas ou ilusórias.

Em oposição à democracia liberal surge a concepção liberal "igualitária" de Jean Rousseau (1712-1778), cuja base do contrato social pressupõe a idéia do direito natural à liberdade, mas também da igualdade como condição humana. Essa concepção é também conhecida como democracia radical. Nela, se considerarmos os valores sob o aspecto de sua hierarquia veremos que a igualdade ocupa um lugar de destaque:

De acordo com a hierarquia dos valores característicos da democracia radical, é a igualdade que tem prioridade. A liberdade é considerada suspeita em razão de suas origens aristocráticas. A fraternidade, em lugar de ser aproximada a cooperação e ao contrato, é tida como sinônimo de civismo; é a unidade de um organismo político, em que as diferenças são toleradas somente se não colocarem em perigo a solidez de um tecido social homogêneo. (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, p.130).

O liberalismo igualitário de Rousseau fundava-se na visão de que "os homens nascem livres e iguais", ainda que na mesma afirmação diga que em sua época "em todas as partes encontram-se sob ferros".

Se tais afirmações traíam a realidade do mundo em que vivia, onde os homens já não nasciam livres e iguais, como "desejava" o pensamento de Rousseau, essa fundamentação é riquíssima para expressar seu pensamento fundado na pequena produção e no artesanato, a realidade das pequenas localidades e/ou regiões que rapidamente começava ser superada pela acumulação capitalista.

Essa realidade conhecida pelo autor foi suficiente para defender que a soberania do povo, formado por indivíduos "livres e iguais" não poderia ser transferida por necessidade e opção a um monarca como queriam os absolutistas, nem poderia ser delegada, no contrato, ao Estado Parlamentar.

Dizia Rousseau que ao ato no qual se realiza o contrato da sociedade política, onde o povo convencionou um governo, existe um momento anterior que é aquele em que o povo é povo e esta condição é a convenção primeira, aquela soberania que não pode ser transferida, delegada ou dividida. Isso é necessário para que se mantenham as condições de liberdade e igualdade, pois onde nenhum cidadão perde sua soberania no processo de formação da vontade geral esta não pode ser delegada ou transferida, a não ser para os encarregados de executá-la, cujos mandatos devem ser revogáveis a qualquer momento. Por isso tal concepção acabou influenciando os movimentos revolucionários do séc. XIX.

Norberto BOBBIO nos mostra que a essas duas concepções de democracia tem sua gênese no pensamento cristão:

Que essa idéia da igualdade, isogonia, seja o fundamento da democracia moderna, que seja o fundamento ideal do governo democrático, enquanto governo fundado sobre a concepção enraizadíssima (ainda que continuamente contestada) de uma natureza que fez os homens originariamente iguais, dispensa comentários. Para o ulterior enraizamento no pensamento político ocidental contribuiu a idéia cristã dos homens irmãos enquanto filhos de um único Deus; idéia esta, a da fraternidade entre os homens, que, secularizada através da doutrina da natureza humana comum, acabou por constituir um dos três princípios de Revolução Francesa. Não foi por acaso que essas idéias encontraram a sua expressão racional ou racionalizada doutrina jusnaturalista, cujas reflexões partiram do indivíduo isolado, como pessoa moral dotada de direitos que lhe pertencem por natureza e como tais são inalienáveis e invioláveis (BOBBIO, 2000, p.378).

A partir dessas grandes vertentes desdobraram-se ao longo desses quase dois séculos, sistemas políticos representativos com características próprias, com diferenciações, mas alicerçados predominantemente na visão do liberalismo proprietário, possessivo. Desdobraram-se nas formas de repúblicas ou monarquias constitucionais parlamentares onde a soberania popular delegada ao Parlamento unifica as funções legislativas e executivas a partir das relações de forças no interior da instituição.

Expressaram-se, também, nas repúblicas presidencialistas onde a divisão de poderes e competências é mais nítida, maior e onde Executivo e Legislativo são eleitos por critérios eletivos distintos.

Estes também expressaram diferentes estágios de desenvolvimento econômico e

graus distintos na organização política das classes e frações de classes sociais, na disputa de espaços e representações dentro do sistema liberal.

Dependendo do país, durante décadas no século passado e neste, o direito à organização político-partidária, o direito ao sufrágio universal foram conquistas duramente alcançadas. Ao longo do liberalismo o exercício do voto foi elitista, excludente ou limitador: o voto censitário baseado na propriedade e/ou nos impostos dominou o século XIX.

No Brasil-império excluía-se os negros escravos, os indígenas, as mulheres, os pobres, enfim, a maioria esmagadora da população. Afinal, todos esses não poderiam ser "cidadãos independentes" como pensavam Locke e Kant e que beneficiava a oligarquia fundiária.

As lutas sociais do século XIX pelo direito à sindicalização, ao partido político e à universalização do voto complementavam as lutas pela jornada de trabalho, pelas condições de trabalho.

Na sociedade moderna a democracia foi construída a partir de suas contradições.⁴ Essas novas contradições, os novos conflitos, as novas relações de classe produziram novas concepções político-ideológicas de explicação do mundo e das relações entre a Sociedade e o Estado. A par de reivindicações e conquistas sociais desenvolve-se uma nova concepção de mundo: o pensamento socialista.

Este, também, não é unívoco mas na concepção marxista faz a crítica à concepção liberal, afirmando – de forma esquemática – o caráter de classe do Estado, sua relação e subordinação aos interesses predominantes na sociedade na

⁴ Conceito esse tomado aqui no sentido marxiano, onde "... o conceito contradição é utilizado para designar, entre outras coisas: inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas; oposições extra-discursivas como, por exemplo, a oferta e a procura que envolvem forças ou tendências de origens (relativamente) independentes as quais interagem de tal modo que seus efeitos tendem a se anular mutuamente, em momentâneo ou semipermanente equilíbrio; contradições dialéticas históricas (ou temporais); e contradições dialéticas estruturais (ou sistêmicas) (BOTTOMORE, 1987, p.80).

esfera da produção. Para Marx a igualdade do estado de direito, presente no discurso liberal, não ultrapassa a igualdade jurídica do cidadão e apenas tenta esconder a enorme desigualdade presente na sociedade civil em função da propriedade privada dos meios de produção.

As experiências concretas como a vivida pela Comuna de Paris (1871) e depois com a Revolução Russa (1917) permitiram sistematizações teóricas e propostas que retomaram o problema da representação política, da delegação de poder e, enfim, questionavam a forma de organização da democracia representativa.

A vitória da Revolução Russa em 1917 inaugurou uma nova etapa na história da humanidade e propunha-se a constituir as relações políticas de um novo Estado, cuja grande pretensão e objetivo era, também, auto extinguir-se junto com o fim da sociedade de classes. Pesava-se um governo baseado em conselhos (soviets) que retomaria o velho tema da delegação de poder, propunha-se a superar a mera igualdade jurídica e a distância do poder político da maioria da população, através dos conselhos (soviets) que fundiriam numa só pessoa o produtor e legislador.

No entanto, a experiência soviética não sobreviveu à guerra civil e ao processo de autoritarismo e burocratização da concepção que prevaleceu na luta interna na União Soviética. O partido único e a identificação deste com o Estado centralizador e todo poderoso afastou a possibilidade do fortalecimento da auto gestão, da auto organização e do controle democrático de um Estado planejador apenas "das coisas " e não um instrumento de dominação de classe, "das gentes".

O predomínio das experiências social democratas ou de democracias burguesas liberais consolidou a democracia representativa como ápice do avanço político da humanidade. Isso ocorreu diante da experiência negativa no campo do "socialismo real" do leste europeu e da China e seus seguidores menores.

Esse avanço político da humanidade através da democracia representativa, certamente teve seu brilho ofuscado pelo rosário de ditaduras militares, de autoritarismo populista que se sucederam na América, na África e Ásia e mesmo a Europa não escapou incólume: Países como Portugal, Espanha, são prova disso.

Nas últimas décadas, o fim da "guerra fria", a profunda crise vivida pelas experiências do leste europeu e a falência da "doutrina da segurança nacional" na América Latina, consolidaram a democracia representativa em um grande número de países. Como decorrência dessa nova realidade vemos as conquistas políticas avançarem a cada dia. Exemplo disso é o Brasil que consolida neste ano sua quarta eleição para presidente e a quinta para o parlamento.

Esta revisão de literatura acerca de democracia representativa buscou situar as origens do nosso debate sobre a delegação do poder dentro de uma sociedade democrática. Compreender que não é um debate recente e que se constitui há séculos num desafio para a humanidade, é a razão pela qual este estudo pretende deixar sua contribuição.

Da mesma forma torna-se relevante registrar que as diferentes explicações teóricas, ideológicas, desse processo expressam interesses sociais distintos ao longo da História. Tais interesses evidenciam a existência de uma sociedade composta por diferentes segmentos. Esses segmentos são resultados da passagem de uma sociedade de pequenos produtores, artesãos e agricultores saindo do jugo feudal, para a consolidação de uma nova elite dominante tipicamente capitalista. Daí a verdadeira dimensão histórica de que essas concepções respondem a um momento da humanidade. Não são eternas, como não o foram as explicações de mundo do feudalismo ou da transição absolutista. São relações da sociedade e do Estado que podem ser alteradas pelo protagonismo dos agentes históricos. Isso valeu para essa época e vale, evidentemente, para os dias de hoje, onde se situa este debate em torno de influência do ciberespaço no funcionamento da democracia. Em outras palavras: se o mundo social é obra do próprio homem; o momento histórico que estamos vivendo também pode ser modificado por nós.

2.3 A Democracia Direta ou Participativa

O sufrágio universal para a escolha dos governantes e representantes nos parlamentos é, sem dúvida, uma conquista fundamental para a construção do regime

de direito. Mas ele tem se mostrado insuficiente para coibir os abusos de poder e, principalmente, a utilização dos recursos públicos em favor de minorias privilegiadas sem consulta ao conjunto da população nem a adoção de critérios de transparência nos processos decisórios. O sonho da democracia direta nunca desapareceu, embora o seu princípio identificado, a democracia de Atenas, tenha nascido com a exclusão de escravos e mulheres. Em relação a isso afirma:

Na memória histórica dos povos europeus, a democracia apresenta-se pela primeira vez através da imagem da agora ateniense, a assembléia ao ar livre onde se reúnem os cidadãos para ouvir os oradores e então expressar sua opinião erguendo a mão. Na passagem da democracia direta para a democracia representativa (a democracia dos antigos para a democracia dos modernos), desaparece a praça, mas não a exigência de "visibilidade" do poder, que passa a ser satisfeita de outra maneira, com a publicidade das sessões do parlamento, com a formação de uma opinião pública através do exercício da liberdade de imprensa, com a solicitação dirigida aos políticos de que façam suas declarações através dos meios de comunicação de massa (BOBBIO, 2000, p.386).

A redefinição das instituições do poder local na perspectiva da adoção de formas de democracia participativa exige a introdução de mecanismos de democratização no acesso às informações que dizem respeito à gestão das políticas locais. Não há autonomia de decisão nem de opinião se não há informação sobre condições e contextos. O que leva-nos a inferir que a população, para poder interferir nas decisões, tem o direito de ter acesso às informações que tornem a decisão mais livre e eficiente. Assim, tornar transparentes as informações sobre os mecanismos de gestão, incluindo ali a tramitação dessas políticas na esfera do Legislativo, é condição imperiosa para o sucesso das democracias diretas.

Das definições de democracia, como todos sabem, são muitas. Entre todas, prefiro aquela que apresenta a democracia como o "poder em público". Uso essa expressão sintética para indicar todos aqueles expedientes institucionais que obrigam os governantes a tomarem as suas decisões às claras e permitem que os governados "vejam" como e onde as tomam. (BOBBIO, 2000, p.387).

Por isso, na democracia direta a desburocratização de trâmites, descentralização da gestão e transparência nas decisões são pré-requisitos para o êxito dessa forma de exercício do poder.

Um dos adjetivos da forma direta de governo democrático é o seu potencial mobilizador e conscientizador, permitindo aos cidadãos desvendar o Estado, geri-lo e estabelecer um efeito demonstração para outros setores da sociedade traduzirem o método para outras esferas da luta política e da competência administrativa em geral.

Outra característica é a prática direta, a ação insubstituível dos cidadãos nas reuniões, nas discussões e momentos de conhecimento dos dados, dos números para que as pessoas apropriem-se dos elementos necessários para decidir, formem comissões de controle, de fiscalização e tenham o espaço para a cobrança e a crítica. Quanto mais isto for feito diretamente sem transferir para outros, sejam eles líderes comunitários, sindicais ou vereadores, maior e mais rápido será o avanço da consciência democrática.

Raul Pont escrevendo um artigo para um seminário em 1999, cujo tema versava sobre a democracia participativa afirmou:

Nossa convicção funda-se no processo histórico que nos ensina que não há verdades eternas e absolutas nas relações entre a sociedade e o Estado e estas se fazem e se refazem pelo protagonismo dos seres sociais e que a busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social continue sendo um horizonte histórico, em suma, nossa utopia para a humanidade. (In: Portal da Municipal de Prefeitura de Porto Alegre: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/>)

Pelo conteúdo até aqui apresentado poderíamos nos perguntar: É possível pensar em uma retomada da democracia direta no dias atuais? Para contribuir nessa reflexão retomaremos uma citação já feita quanto da justificativa do nosso trabalho.

Com relação às duas diferenças fundamentais entre democracia dos modernos, sobre as quais falei até agora, pode-se timidamente prever que a democracia no futuro goza do mesmo juízo de valor positivo da democracia dos modernos, embora retornando em parte, através da ampliação dos espaços da democracia direta, tornada possível com a difusão dos meios eletrônicos, à democracia dos antigos (BOBBIO, 2000, p.383).

Em nota de rodapé nessa mesma página, BOBBIO diz que ele não pretende se aventurar nesse tema da democracia direta porque muito embora tenha crescido muito a literatura a esse respeito, ele questionava se ela seria mesmo desejável por todos os segmentos da sociedade.

Para termos uma visão mais completa acerca do nosso objeto de estudo em questão, falta-nos ainda investigar as relações entre a democracia e o poder.

2.4 A Relação entre Democracia e Poder

O escopo maior desta parte de nosso estudo é buscar o referencial teórico que nos permita refletir acerca da hipótese apresentada em nossa introdução, a saber: o ciberespaço está possibilitando a retomada da democracia direta e por conseguinte pode nos auxiliar na construção de um novo conceito de poder?

No exercício do poder, a submissão de alguns à vontade de outros, é inevitável na sociedade moderna. Poderíamos até afirmar que nada se realiza sem ele. É um assunto para ser abordado com espírito cético, mas não dá para partir do pressuposto que ele sempre é um mal. O poder pode ser socialmente maligno, mas é também socialmente imprescindível. É preciso julgá-lo, mas certamente não será possível aplicar um julgamento geral para toda forma do exercício do poder.

A teoria que fundamenta a abordagem do problema levantado está reunida neste capítulo, oriunda de um levantamento bibliográfico acerca do conceito clássico de poder e suas fontes, bem como, uma investigação sobre a democracia e suas imbricações com o mundo do conhecimento.

2.4.1 Visão geral do conceito de poder

O empenho em perscrutar os estudos de alguns teóricos da sociologia moderna tem por objetivo nos aproximarmos ao máximo do conceito de poder mais aceito no mundo da ciência e com isso poderemos pensar numa explicitação consistente desse tipo de poder. A partir de tal compreensão poderemos pensar na possibilidade de superação do mesmo, uma vez que com o surgimento do ciberespaço as relações sociais vêm sofrendo alterações bastantes significativas. Tais alterações serão apresentadas na unidade seguinte.

Tradicionalmente, o conceito de poder é compreendido no sentido *vertical*, ou seja, ele consiste na capacidade de impor a nossa vontade, de cima para baixo, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade. É como se eu apresentasse uma ordem dirigida a alguém que, presume-se, deve cumpri-la. Assim considera-se que alguém tem poder quando consegue dispor de recursos mais diversos para fazer valer sua vontade sobre os demais atores sociais. Essa definição de poder assemelha-se ao conceito de poder em Max Weber, que nos é apresentado por Jürgen Habermas (1993, p.100): "Max Weber definiu o poder como a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio".

Thompson, autor que em sua teoria se aproxima à de Weber, define poder de forma semelhante,

No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses (1995, 21).

O acima exposto pode ser facilmente constatado quando observamos as relações sociais entre o conjunto da população e os membros dos três poderes. Visto sob esse aspecto, quanto maior a capacidade de impor tal vontade e atingir o correspondente objetivo, maior o poder. Os políticos, de modo geral, se valem dessa concepção de poder, para regulamentar seus interesses que por vezes se acham ocultos.

Thompson, em sua obra *Mídia e Modernidade*, nos mostra que em um determinado momento histórico os detentores do poder político para se sustentarem na sua posição podem dispor de recursos diferentes. Tanto podem fazer uso da coerção no sentido da força física (o poder coercitivo nos estados se manifesta no poder militar), como também podem se valer do poder simbólico que é obtido através do uso da mídia em geral,

A autoridade do estado pode também se apoiar na difusão de formas simbólicas que procuram cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político. Ela (...) nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. A atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em

igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva (1995, 23-24).

Partindo dessa concepção, poderíamos dizer que algum indivíduo possui o poder quando o sucesso de sua ação consiste em provocar, no meio em que vive, um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto. Quando o sucesso dessa sua ação depende do comportamento de outro ator, ele será possuidor de poder se conseguir dispor de recursos que induzam no outro o comportamento desejado, Não importando se fará ou não o uso da violência para tal fim. HABERMAS (1993, p.101) diz que: "O poder significa aquela probabilidade de realizar a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo em face de resistência."

Ambos os autores citados partem de uma concepção teleológica do poder, ou seja, nos mostram que o poder existe quando alguém se propõe um objetivo e escolhe os meios apropriados para realizá-lo.

2. 4.2 As diversas fontes e instrumentos do poder

Nesse instante nossa proposição focaliza-se na busca da identificação a respeito das fontes do poder. Para tanto nos valeremos dos estudos realizados por John Kenneth Galbraith, em sua obra a Anatomia do Poder.

Partiremos dessa construção teórica porque ao nosso entendimento o autor conseguiu elaborar algumas tipologias que dão conta de explicar tanto as fontes do poder, como também a de nos apresentar, de maneira fecunda, os instrumentos pelos quais o poder é exercido. O domínio de tal proposição nos conduzirá a um caminho mais seguro a propósito dos objetivos do nosso trabalho.

GALBRAITH vê na personalidade, na propriedade e na organização, os locais de onde emanam todas as formas de poder. "Personalidade, propriedade, e organização se combinam em diversos graus. Daí surge uma combinação variável de instrumentos para a imposição do poder." GALBRAITH, (1999, p.07) Essas são as fontes do poder.

O historiador também nos mostra os instrumentos pelos quais o poder é exercido. O primeiro desses instrumentos é o *poder condigno*. Por ele podemos entender o emprego da força ou ameaça do uso da mesma a fim de que o outro cumpra um determinado objetivo meu. Desse modo, ele assume um espectro negativo uma vez que esmaga o indivíduo com algo suficientemente doloroso, física ou emocionalmente, para fazê-lo renunciar à sua vontade ou preferência e de evitar um sofrimento ainda maior. Um exemplo do emprego desse instrumento de poder em nossa vida cotidiana é o que no ambiente penitenciário, onde a punição física ou ameaça da mesma é constante. Assim nos diz GALBRAITH, (1999, p.23): "Tal poder foi consideravelmente mais importante no passado do que hoje; e a função natural dos conservadores é conservar ou recuperar o passado".

Muito embora o prestígio e o uso do poder condigno tenha declinado muito na sociedade ocidental atual, principalmente em relação ao poder compensatório, que abordaremos a seguir, sua antiga aura sobrevive. O marido, pai, mestre-escola, policial, membro da Guarda Nacional, entre outros, ainda desfrutam de tal prerrogativa.

Outro instrumento para o exercício do poder é o que ele denomina de *poder compensatório*. Ele consiste na conquista da submissão oferecendo uma recompensa positiva, ou seja, algo de valor ao indivíduo que assim se sujeita. Essa recompensa assume dimensões diferentes, como, por exemplo, o pagamento em espécie, o direito à propriedade, e assim por diante. O que se constata é que em nossa sociedade atual a expressão mais usual desse instrumento de poder, é sem dúvida a recompensa pecuniária, através da relação capital trabalho. Para GALBRAITH (1999, p.19),

Na sociedade pobre, a diferença entre a coerção condigna e compensatória é pequena; só na sociedade rica é que surge uma grande distinção. Quando a pobreza era geral, os trabalhadores livres labutavam sob o medo da fome e de outras privações que eram a alternativa à remuneração. O escravo exauria-se de medo do açoite. Preferir a fome à flagelação era, talvez, uma questão de gosto. Assim, antes da Guerra Civil no Sul dos Estados Unidos, o trabalhador livre desfrutava de posição social superior à do negro na lavoura.

Outro aspecto que podemos perceber é que na realidade o poder compensatório vem substituindo historicamente o poder condigno. Isso aconteceu a medida que as relações sociais de produções também se modificaram.

Antigamente os pregadores granjeavam a submissão de sua congregação à fé que esposavam mediante a promessa de uma punição extremamente desagradável no mundo do além aos dissidentes. Hoje, pregar o fogo do inferno e a eterna maldição é geralmente considerado totalmente arcaico. Poucos temas são mais discutidos pelos governos modernos. A política fiscal, a política monetária, a política agrícola, as diretrizes salariais e trabalhistas estão todas preocupadas direta ou indiretamente, com os efeitos de uma dada medida sobre os incentivos – sobre o poder compensatório. A relação entre remuneração e esforço também é uma preocupação das grandes empresas e figura com destaque em todas as discussões econômicas formais. Esse é o papel atual do poder compensatório (GALBRAITH, 1999, p.22).

O terceiro instrumento de poder que GALBRAITH nos apresenta é o *poder condicionado*. Esse instrumento é exercido mediante a convicção de uma crença: "A persuasão, a educação ou o compromisso social com o que parece natural, apropriado ou correto leva o indivíduo a se submeter à vontade alheia". GALBRAITH (1999, p.06) O autor afirma que esse instrumento para o exercício do poder é o mais utilizado nas sociedades atuais.

A disposição de um determinado ator social para aceitar a morte e a mutilação exige o moral elevado que provém da crença. A prova disso é que os mercenários, no período medieval, motivados apenas pelo poder compensatório, ou os recrutas despreparados, motivados só pelo poder condigno, sempre foram considerados guerreiros de segunda categoria.

O diretor presidente (ou o aspirante ao cargo) orgulha-se de realmente acreditar naquilo que está fazendo. A remuneração do executivo ainda é uma grande motivação; mas os propósitos da empresa estão profundamente incorporados à sua crença e tem uma força independente. Crê que tais objetivos são bons e corretos, e essa crença é uma manifestação altamente eficaz do poder condicionado (GALBRAITH, 1999, p.29).

O poder condicionado é o resultado de um trabalho que parte da persuasão objetiva, visível, até o momento em que aquilo que o indivíduo venha a acreditar seja intrinsecamente correto. Por isso ele orientará suas ações a partir dessa crença.

Na análise acerca dos instrumentos para o exercício do poder, jamais podemos admitir que haja somente uma fonte ou um instrumento de poder em ação. Eles interagem dialeticamente.

2.4.3 As fontes do poder

Como já foi observado acima, para Galbraith, os atributos ou instituições que distinguem os que detêm o poder daqueles que não o detêm e por isso se submetem a ele são três: a personalidade, a propriedade e a organização.

Nossa análise inicial versa sobre a personalidade. Considera-se que a gênese do poder em uma determinada pessoa passa a existir à medida que a mesma possui alguma qualidade física, mental, na sua oratória, na sua firmeza moral, na sua capacidade de liderança que se diferencia dos demais.

Na sociedade pós-moderna, o poder como fonte na personalidade está conectado com o poder condicionado, ou seja, o poder de um líder pode ser julgado pela sua capacidade de persuadir seus seguidores a aceitarem as soluções que propõe para os problemas deles, a aceitarem os caminhos que abre para as metas deles. Ao passo que nas sociedades primitivas este acesso se dava através da força física, e o instrumento de poder mais utilizado era o condigno.

A propriedade, segunda fonte de poder aqui abordada, confere a quem a possui um aspecto de autoridade, indicando uma firmeza de propósito que por vezes pode induzir à submissão. Ocorre porém que o instrumento do poder a que a propriedade lança mão com maior frequência é o poder compensatório. Essa foi a fonte de poder mais utilizado durante o período feudal segundo GALBRAITH,

A propriedade do suserano permitia a ele proporcionar um meio de vida, mais precisamente o direito de viver, a um contingente de moradores ou servos. Quanto maior e mais dadivosa a propriedade, maior o número de tais subordinados. (GALBRAITH, 1999, p.100).

Das três fontes de poder, a propriedade é aparentemente a mais direta. Sua posse dá acesso ao exercício do poder mais comum que existe. Ocorre porém que

nos dias atuais a organização como fonte de poder é mais valorizada como veremos a seguir.

Na organização vemos a união daqueles que partilham interesses, valores ou idéias semelhantes. E para que esse grupo de atores sociais possam ter uma ação tão eficaz quanto seus objetivos, é essencial que todos trabalhem em sinergia. Vemos assim que, indivíduos e grupos buscam o poder para promover seus próprios interesses, inclusive, e talvez principalmente, seus próprios interesses por vezes pecuniários GALBRAITH nos diz que:

... aqueles que aceitam a vontade de outros estão conscientes de fazê-lo; agem em conseqüência de um cálculo razoavelmente deliberado de que esse é o melhor procedimento. Ou melhor, por causa da oferta de algum específico toma-lá-dá-cá para sua submissão. E aqueles que exercem o poder também o fazem intencionalmente (GALBRAITH, 1999, p.15).

A importância da organização em nossos dias pode ser facilmente compreendida na observação a seguir. O líder sindical eficaz organiza um sindicato forte; o homem de negócios competente, uma empresa bem administrada; o líder religioso, uma igreja e uma congregação. Vemos desse modo que a personalidade invariavelmente procura o reforço da organização. Nas próprias palavras de GALBRAITH:

A organização, a terceira das fontes do poder, normalmente aparece associada à propriedade e, em maior ou menor grau, à personalidade. No entanto, é mais importante que ambas e, nos tempos modernos, cada vez mais importante. Nenhuma categoria coletiva, nenhuma classe, nenhum grupo de qualquer espécie pode, por si só, empunhar ou usar o poder. Outro fator precisa estar presente: o da organização. Alguns estudiosos, entre os quais Charles E. Lindblom, sustentam que a organização, inclusive aquela que se manifesta no governo, é a fonte última do poder GALBRAITH (1999, p.57).

O poder das empresas privadas e do Estado, que antes emanava da propriedade dos recursos financeiros, provém agora de uma associação estruturada de indivíduos, da burocracia.

Portanto, o que podemos constatar é que a organização está associada ao poder condicionado; a propriedade, desnecessário dizer, ao poder compensatório. A passo que personalidade tem uma associação original e duradoura com o poder condigno.

2.5 A Relação entre Poder, Democracia e Comunicação

A partir do conteúdo já apresentado, podemos agora já avançar um pouco mais e constatarmos se existe algum ponto de conexão entre o poder, a democracia e a comunicação.

O primeiro aspecto a ser considerado é que os seres humanos historicamente tem se ocupado com a produção de meios para o intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Isso pode ser constatado quando olhamos para as pinturas rupestres na antigüidade, para toda forma de objetos criados para a representação da fé e assim por diante. Hoje isso pode ser percebido nos mais recentes desenvolvimentos no campo da tecnologia computacional, na produção, no armazenamento e na circulação de informações através do Ciberespaço.

Assim devemos, hoje, reinventar a idéia de público de modo a refletir sobre as complexas interdependências do mundo atual e a reconhecer a crescente importância das diferentes formas de comunicação e interação que possibilitaram alterações significativas no tocante ao caráter do exercício do poder e da própria democracia.

No exercício do poder uma comunicação bem articulada torna-se um meio eficaz para conquista de uma crença ou convicção⁵. Poderíamos considerar que para exercício do poder condicionado a comunicação goza de reputação especial.

Alguém que vive sob égide de uma determinada convicção o faz porque existe uma teia de significados que justificam tal proposição. Nesse sentido THOMPSON nos diz que,

Se o homem é um animal político suspenso em teias de significados que ele mesmo teceu, como Geertz uma vez observou, então os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos (THOMPSON, 1999, p.19).

⁵ Conforme já destacamos, aqui teríamos as condições de possibilidade para a difusão do poder condicionado.

A despeito disso poderíamos dizer que se no Brasil, as crianças ouvem falar das virtudes do futebol; os Clubes e a mídia em geral proclamam constantemente tais virtudes e, que as escolas também devem incentivar a prática dessa modalidade esportiva. Decorre então que, na medida que tal instrução tenha êxito, aqueles assim educados são levados a aceitar a idéia de que o mundo do futebol é o melhor forma de prática esportiva. A seriedade com que se encara esse condicionamento nas escolas é atestada pela cólera dos nossos alunos quando alguém fala mal do time a que eles torcem.

Por isso na comunicação está implícita uma forma de ação e que nessa ação estão implícitas relações de poder e da democracia. Tal consideração parte do pressuposto de que nos fenômenos sociais as ações dos indivíduos são intencionais. E o são porque os atores sociais agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas, que proporcionam a diferentes atores diferentes inclinações e oportunidades.

3 CIBERESPAÇO E DEMOCRACIA

3.1 O Ciberespaço e a Democracia Digital

O conceito de *Ciberespaço* surgiu em 1984 a partir do romance *Neuromonte* de William Gibson. Nessa obra, esse termo designa segundo Lévy, (1999, p.92)

o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco dos conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural.

Pierre Lévy, (1999, p.92) define o o Ciberespaço "como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores". É dessa definição que partiremos para percebermos as imbricações entre o mundo da política, do poder e da democracia nos dias atuais.

Após esse momento de conceituação continuaremos nossa busca por um maior aprofundamento teórico capaz de compreender as complexidades advindas do surgimento dessa nova força produtiva.⁶ O que se pode perceber, até de modo empírico, é que as relações de produção estão passando por uma transformação da organização do saber, transformação também da comunicação e da própria comunicação do saber. Percebe-se um significativo aumento do potencial do indivíduo que se serve dessa nova tecnologia. Por isso o que se constata é que cada vez mais o Ciberespaço se constitui em um instrumento com o qual pensamos, comunicamos, elaboramos conhecimentos para poder acompanhar esse redimensionamento nas relações de produção e por conseguinte nas relações sociais em geral.

O primeiro aspecto a ser considerado é que nele, tudo o que concerne à liberdade de empreendimento e de comunicação é infinitamente mais favorável do que em qualquer outro meio de comunicação já existente. A incerteza que pesa ainda hoje sobre a segurança das transações tende a se dissipar graças ao aprimoramento dos sistemas seguros de comunicação baseado na criptografia.

⁶A definição desse conceito foi feita por ocasião da apresentação do objeto da pesquisa.

Decorre que dessa lógica toda do Ciberespaço, o *príncipe eletrônico*, ganha força, que segundo Octavio IANNI, pode ser assim percebido

O *Príncipe eletrônico*, no entanto, não é nem um *condottiere* nem um *partido político*, mas realiza e ultrapassa os descortinos e as atividades dessas duas figuras clássicas da política. O *Príncipe eletrônico* é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (Octavio IANNI, 2000, p.148).

Visto dessa forma constataremos que não se trata mais de um instrumento de comunicação de indivíduo a indivíduo, como o telefone, nem tampouco de um instrumento de comunicação onde indivíduo vê-se atomizado, como em relação à televisão ou a rádio, mas sim de um instrumento que permite ao indivíduo comunicar-se com o coletivo, que permite os grupos comunicarem-se entre si. Por isso esse instrumento tecnológico torna praticamente todas as formas de comunicação possíveis. Hoje, no Ciberespaço podemos ler o jornal, ver televisão, ler revistas, enviar mensagens pelo correio eletrônico, fazer reunião com amigos, fazermos pesquisas em enciclopédias, consultar dicionários, ainda, tudo isso em tempo real. É por isso que essa força produtiva é chamada de unimídia.

Desse modo essa nova forma de comunicação representa também o retorno à comunicação tribal, salvo que se trata de poder fazê-lo em uma escala completamente diferente daquela do clã, da tribo, como já afirmávamos na introdução. É a partir dessa perspectiva que preconizamos a possibilidade do Ciberespaço nos proporcionar um retomada à democracia direta.

No entanto, é notório que esse processo permanece, ainda, numa escala regional e, apesar do desenvolvimento sempre crescente das relações comerciais a longa distância que conectam as regiões afastadas do mundo antigo, a humanidade permanece fragmentada sob o aspecto das condições materiais. Dificultando assim o acesso a essas novas tecnologias.

Agora, quando buscamos a gênese do reencontro do homem sob a perspectiva global, podemos datar o final do século XV como o momento marcante desse processo. Foi com as grandes navegações que esse processo de reconexão global da espécie humana com ela mesma começou a ser desencadeado.

É importante constatar que, ao final da Idade Média, o desenvolvimento dos meios de transporte – a possibilidade do contato físico – foi rigorosamente paralelo ao desenvolvimento da memória e das comunicações, graças à difusão da imprensa. Ainda no início dos tempos modernos, a expansão do conhecimento científico – e principalmente o relativo à geografia, cartografia e da astronomia – deu aos homens uma nova apreensão do espaço. Decorre de tais afirmações que os instrumentos de comunicação desempenham um papel significativo na formação das representações dos atores sociais, bem como, de sua mobilidade no espaço. Sendo que a revolução demográfica é uma dimensão capital do processo de metamorfose em curso a partir desse momento histórico. Na verdade, é apenas mais uma característica da modernidade.

Esse adensamento das redes de transporte e de comunicação presente no parágrafo anterior se manifestam nos dias atuais, por um processo de interconexão geral que implica um retraimento do espaço prático e, no mesmo movimento, uma aproximação dos humanos e um alargamento de suas perspectivas jamais vista antes: eis aí, em suma, a essência do processo de planetarização em curso. Há assim, um novo sentido da história. Esse sentido parece indicar para uma crescente melhoria qualitativa da comunicação e da interconexão entre os seres humanos. Uma tecelagem cada vez mais fina no processo de construção da consciência coletiva.

Considerando as afirmações acima, podemos dizer que o telefone celular, o computador portátil, a conexão sem fio com a internet, em breve generalizados, mostram que o crescimento da mobilidade física é indissociável do aparecimento das comunicações, sendo o Ciberespaço o local privilegiado de tais comunicações. Desse modo, quanto mais viajamos, no planeta ou nos livros, na internet ou na sociedade em torno de nós, mais se abre nosso espírito. A comunicação entre os

homens desdobra-se reflete-se, multiplica-se na interconexão entre as informações lentamente dispostas nas bibliotecas que explodem hoje no ciberespaço.

O que se pode perceber, de forma empírica, é que na Geopolítica atual não há mais senão um grande império denominado o mundo.⁷ O que se percebe é a existência de um império⁸ não-terretorial. Um império das redes, um centro que faz sentir sua influência por toda a parte que arrasta consigo o resto do planeta que ainda não está conectado. Seu poder é cada vez maior. Nessa nova conjuntura não há mais um centro único de comando. Esse centro é virtual porque os atores sociais uma vez interessados podem – cada uma ao seu modo – influenciar a vida da coletividade.

Vê-se nesse novo paradigma em torno da comunicação, a coexistência de várias formas de poder. O poder econômico, comercial, científico, político, técnico, cultural, etc. se enraízam nesse movimento de interconexão. Essa nova ágora não tem sua gênese em de um líder político, em um partido ou de um plano divino exterior as sociedades humanas. Ela emerge, cada vez mais do seu interior. Por isso é endógena em relação ao conjunto da sociedade. Ela nasce dessa relação dialética, indivíduo verso sociedade conectada. É daí que ela exprime o seu poder sempre crescente. Dessa forma, segundo Lévy:

É correto dizer que esse movimento contemporâneo de interconexão econômica do planeta prolonga uma tendência de vários séculos, a qual conheceu uma fase temporária de recuo na primeira metade do século XX (as guerras mundiais, a emergência dos nacionalismos e a recessão dos anos 30). Mas o desenvolvimento das rodovias, do automóvel individual, da estrada de ferro, da aviação, do turismo, das mídias, das telecomunicações, em geral, e do Ciberespaço, em particular, assim como os avanços do sufrágio universal, a liberação dos costumes, e a urbanização crescente e a expansão da ciência e da técnica, todas essas evoluções produziram uma humanidade infinitamente menor, mais densa, mais rápida, mais comerciante,

⁷ Essa nova configuração passa a se realizar de forma mais intensa a partir da queda do muro de Berlim em 1989.

⁸ Este conceito não está sendo tomado no sentido do senso comum e, sim, no sentido da hegemonia de um determinado fenômeno.

mais consumista, mais comunicativa, mais produtiva, mais inteligente, mais consciente de si mesma e de seu planeta, se comparada àquela do fim do século XIX. Jamais estivemos tão perto uns dos outros. Nunca nos misturamos tanto. Nunca houve tanto planetários. Jamais houve juventude mundial, música mundial, cultura mundial como há agora. O fim do século XX marca um limiar decisivo e irreversível do processo de unificação planetária da espécie (2001, p. 25-26).

Uma outra afirmação de Pierre Lévy, pode nos auxiliar na compreensão dos nossos propósitos em questão. Assim diz ele:

Generalizemos ousadamente: quanto mais um regime político, uma cultura, uma forma econômica ou um estilo de organização tem afinidade com o adensamento das interconexões, mais sobreviverá e brilhará no ambiente contemporâneo. A melhor maneira de manter e desenvolver uma coletividade não é mais erguer, manter ou estender fronteiras, mas alimentar a quantidade e melhorar a qualidade das relações em seu próprio interior, assim como com as outras coletividades (Pierre LÉVY, 2001 p.27).

Essa afirmação indica claramente que em uma dada sociedade onde o Ciberespaço ocupa uma posição hegemônica face aos demais meios de comunicação, o computador passa a ser um instrumento de troca, de produção e de estocagem de informação. A partir do momento em que canaliza e entrelaça uma magnitude do fluxo, ele se torna um centro virtual, um instrumento de poder para o exercício da cidadania numa sociedade onde a democracia passa a ter um outro conceito.

Na medida em que se reconhece hoje que a técnica faz parte dos processos coletivos de modo crescente da grande maioria da população, a luta política pela materialização da prática democrática passa necessariamente pela apropriação coletiva de tais fenômenos técnicos. Isso enseja o nascimento de uma nova subjetivação dos atores sociais no que concerne às suas representações no campo da política.

Consideramos que isso é absolutamente indispensável, porque se pensamos na técnica como algo pertencente à base material da sociedade e que ela é absolutamente estruturante face à vida social, não podemos conceber uma democracia que não tivesse nada a dizer sobre o emprego da técnica. Qualquer que seja a forma de organização política que não leve em consideração o emprego da técnica, tão presente em nossa sociedade, não seria de forma alguma uma democracia.

De qualquer forma, escolher quem vai ser o chefe não é de modo algum a democracia. A democracia é se encarregar coletivamente de nossa vida coletiva, caso não tenhamos outra definição de democracia. O segundo ponto, um pouco utópico talvez, é que acredito que com a informática nos dispomos, talvez pela primeira vez, de uma técnica que pode permitir de um modo verdadeiramente operacional e razoável uma gestão coletiva do coletivo. (LEVY, 1993, p.61).

Quando nos voltamos para a análise do nascimento do estado moderno percebemos que seu fortalecimento foi diretamente proporcional ao fortalecimento de uma burocracia. O Estado é aqui entendido como uma grande estrutura hierárquica e burocrática. A burocracia seria neste caso, a gestão da escritura, de traços, pois para organizar é preciso traços, signos, papéis, etc. Contudo para que uma organização tenha funcionalidade é necessária a existência da burocracia.

A burocracia foi quase uma necessidade técnica na constituição do Estado na modernidade. Hoje, porém, não temos mais necessidade de toda essa organização burocrática a medida em que existe uma vasta rede de comunicação, que funciona a partir do programa de gestão em tempo real, cooperativos, participativos e, o que é mais importante, esse sistema consegue também reagir em tempo real. A burocracia clássica por sua vez, supõe sempre o atraso, o prazo, a existência do espaço entre uma ação e outra. Ela só existe a partir dessa perspectiva.

Quando olhamos para o passado podemos constatar que aquelas sociedades que desenvolveram determinadas forças produtivas diferentes das sociedades do seu tempo, acabaram vivendo novas formas de organização social. Essas novas formas de organização social acabaram por vezes sendo o norte para aquelas que ainda não atingiram tal desenvolvimento material. Desse modo é natural que as sociedades mais interconectadas, mais rápidas, mais livres, mais inventivas e, logo, mais poderosas, explorem o futuro antes que as outras e, fazendo com que se acentuem as distancias que as separam. Também passam a colonizar as não conectadas.

Decorre dessa lógica que aqueles que não participarem dessas novas forças produtivas em curso, dos programas de competição cooperativa, de troca e de

inteligência coletiva distribuídos no ciberespaço serão os "camponeses" da nova era. Serão os novos analfabetos políticos à medida que a via política já está passando por esse viés. A cidadania passa hoje também pelo domínio das tecnologias.

Mas não serão mais os Estados Unidos, serão os Estados-Unidos-mundo, uma terra integralmente povoada por imigrantes, nômades culturais. Esse império atrairá – ainda que hoje – os melhores talentos do planeta às suas estruturas de poder políticas, econômicas, artísticas e intelectuais, independentemente de sua origem "nacional". (LÉVY, 1993, p.53)

Por isso a democracia como forma de organização política encontra no ciberespaço um local privilegiado para o seu exercício um vez que nele os atores sociais tem seus poderes aumentados. Amostra disso se encontra nas figuras, a seguir, onde destacamos vários portais que tratam desse tema.

3.2 O Nascimento de uma Nova Antropologia a partir do Ciberespaço

Se considerarmos o momento histórico que estamos vivendo podemos afirmar que esse processo da conexão planetária que está em curso indica claramente que essa cultura das redes digitais não está ainda completa. Seus meios técnicos ainda estão na infância, o seu crescimento não terminou. Como não há ciência do futuro, é ainda cedo demais para concluir aonde tudo isso vai parar. Ocorre porém que todos esses acontecimentos estão contribuindo para a formação de um novo ser humano. É evidente que se olharmos a filosofia da história sob uma perspectiva otimista poderemos dizer que sob o ponto de vista da política, o futuro será bastante promissor. Esse trabalho está sendo construído a partir desta perspectiva.

Compreender melhor a formação desse novo ser humano preconizada no parágrafo anterior torna-se necessária já que estamos vivendo um momento com

característica revolucionária⁹ na história da humanidade. Abordaremos esse tema unindo criticamente os conteúdos anteriores.

Percebe-se que há uma transformação em andamento que enseja uma nova perspectiva antropológica. Nossa subjetividade está num processo de ebulição contínua. Olhando tudo isso de forma positiva podemos dizer que esse momento que está se configurando nos ajudará no campo das relações políticas. Dizemos isso porque consideramos que temos agora a possibilidade de pensarmos e vivermos coletivamente de uma forma muito mais intensa, do que jamais vivemos antes.

Claro que tal afirmação tem algum valor se colocarmos como pressuposto um conceito de poder que nasce de uma relação dialógica, onde o agir comunicativo tem um papel efetivo na constituição do sujeito. Enseja-se que esse novo homem consiga assenhorear-se do seu futuro,¹⁰ impedindo que qualquer mecanismo pretensamente inteligente oriente suas ações. Ele poderá produzir sistematicamente os instrumentos que lhe permitam constituir-se em um ser que percebe-se membro de uma coletividade, capaz de se orientar frente às dificuldades decorrentes desse processo de mutação contínua: "hoje em dia o Homo sapiens enfrenta uma rápida modificação de seu meio, transformação da qual é o agente coletivo involuntário" LÉVY, (1994, p.18).

⁹ Isto é claro, visto sob o ótica marxiana. Em relação a este conceito Tom Bottomore diz o seguinte: "No primeiro esquema de desenvolvimento da história esboçada por Marx e Engels em A ideologia alemã (1845-1846), a idéia básica era a de uma sucessão de épocas históricas, cada qual fundada em um modo de produção, e a revolução em sentido mais pleno, significava um salto cataclísmico de um modo de produção para o seguinte. "; Mais adiante "...Engels tentou, em O papel da violência na história (1887-1888), enquadrar essa opção burguesa no esquema marxista, pelo menos no que dizia respeito à Alemanha, interpretando a unificação de Bismarck como "revolucionária ", o que é um bom exemplo de maneira flexível segundo a qual ele e Marx usaram a expressão ". Por fim Bottomore diz: "no Ocidente, a aceitação da revolução como um objetivo passou a significar, com efeito, a crença em um transformação ampla da sociedade, por oposição a qualquer reestruturação da velha sociedade por meio de reformas fragmentárias " (p.324, 325 e 326)

¹⁰ O futuro aqui é compreendido a partir de uma postura criativa, onde o destino esteja em suas mãos.

Nesse novo espaço para a construção do saber, o poder passa a ser conferido pela gestão otimizada dos conhecimentos, sejam eles técnicos, científicos, da ordem da comunicação ou relevante à nova relação no campo dos valores. É por isso que LÉVY (1994, p.31) afirma:

Como os anteriores espaços antropológicos, o Espaço do saber estaria vocacionado para dominados espaços anteriores e não para os fazer desaparecer. Com efeito, é das capacidades de aprendizagem e de imaginação coletiva dos seres humanos que dependem tanto as redes econômicas como as forças territoriais. E o mesmo se passa, sem dúvida, quanto à sobrevivência da grande terra nômade.

Olhar para o aspecto da inteligência e das habilidades do homem sempre estiveram no centro do funcionamento social. Muito embora alguns queiram historicamente ter o monopólio dessas especialidades, o conjunto do coletivo humano tem tido o papel de lutar contra toda a forma de corporativismo.¹¹ A partir dessa ótica o homem dos dias atuais necessita adaptar-se. Precisa aprender a inventar formas diferentes para melhor viver nesse universo complexo e dinâmico.

Constituir um novo espaço do saber implica na formação também de um ser humano com um campo de representações totalmente novas. Implica ainda, em ter que dotar-se dos instrumentos institucionais, técnicos e conceituais para tornar a informação possível de ser repassada á alguém.

Isso torna-se necessário para que cada um possa referenciar-se a si próprio e reconhecer os outros em função dos interesses, das competências, dos projetos, dos meios, das identidades mútuas nesse novo espaço. Esse processo de apropriação das informações presentes no Ciberespaço passa a ter uma nova característica em termos de resultado. A capacidade e competência de um determinado cibermilitante é rapidamente reconhecido como fonte de informações e demais para os demais membros da comunidade virtual.

Como os políticos não operam fora de um contexto sócio-cultural e institucional, não podemos avaliar a atividade deles sem analisar este contexto. Hoje em

¹¹ A luta contra as corporações de ofícios na baixa Idade Média é prova disso.

dia, o campo da atividade política está envolvido nesse novo espaço de comunicação. Nesse processo de globalização da comunicação, a velocidade, a quantidade e a variedade das informações, produzem as alterações estruturais na organização social. Possibilitando com isso, o surgimento de uma nova cultura.

A construção de uma coletividade cooperativa e inteligente, no qual as potencialidades sociais e cognitivas de cada um poderão desenvolver-se e alegrar-se mutuamente. Tudo isso graças a essa nova ferramenta tecnológica. Nela a comunicação servirá para filtrar os fluxos de conhecimentos, para navegar no saber e para pensar em conjunto, muito mais como mero instrumento para transportar grandes quantidades de informação.

No tocante à questão da alteridade poderíamos nos perguntar: quem é o outro no mundo do ciberespaço? Primeiramente é alguém que sabe. Pode ser portador de um mundo cultural totalmente diferente do meu. Sabendo coisas que eu não sei. O outro já não é um ser assustador, ameaçador, mas antes um ser com quem eu estou dialogando: tal como eu, ignora muitas coisas e domina certos conhecimentos. Como as nossas zonas de inexperiência não são coincidentes, ele representa uma fonte de enriquecimento possível no que toca aos meus próprios saberes. Daí a importância de minha relação com ele.

Se o outro é uma fonte de conhecimento, o recíproco é também eu, qualquer que seja a minha posição social provisória, qualquer que seja a sentença que a instituição escolar tenha pronunciado sobre mim, também eu sou para outros uma oportunidade de aprendizagem (LÉVY, 1994, p.37).

Nessa perspectiva, o ciberespaço torna-se o espaço móvel das interações entre conhecimentos e conhecedores de grupos inteligentes totalmente desterritorializados. Por isso na era do conhecimento, não conhecer o outro na sua inteligência é mergulhar na alienação da verdadeira identidade social a qual se está vivendo. É alimentar o seu ressentimento e a sua honestidade, é alimentar a humilhação, frustração, o que pode originar situações de violência, por não conseguir conviver com o diferente. Em contrapartida, quando se valoriza o outro em função do leque

variado dos seus saberes permite-se que ele se identifique de uma forma nova e positiva. Significa poder contribuir para a maior mobilização possível de toda forma de conhecimentos. Para assim desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, como resposta, a implicação subjetiva de outras pessoas vivendo nessa nova forma de vida coletiva.

A título de exemplificação destas afirmações anteriores incluiremos a seguir trechos e imagens de portais ou de ferramentas já disponíveis no Ciberespaço. Tais exemplo nos permitem evidenciar a existência desse espaço móvel totalmente desterritorializado, aonde às interações acontecem.

FIGURA 01- PRIMEIRA PÁGINA DO LINK SALA DE BATE-PAPO DO PORTAL UOL

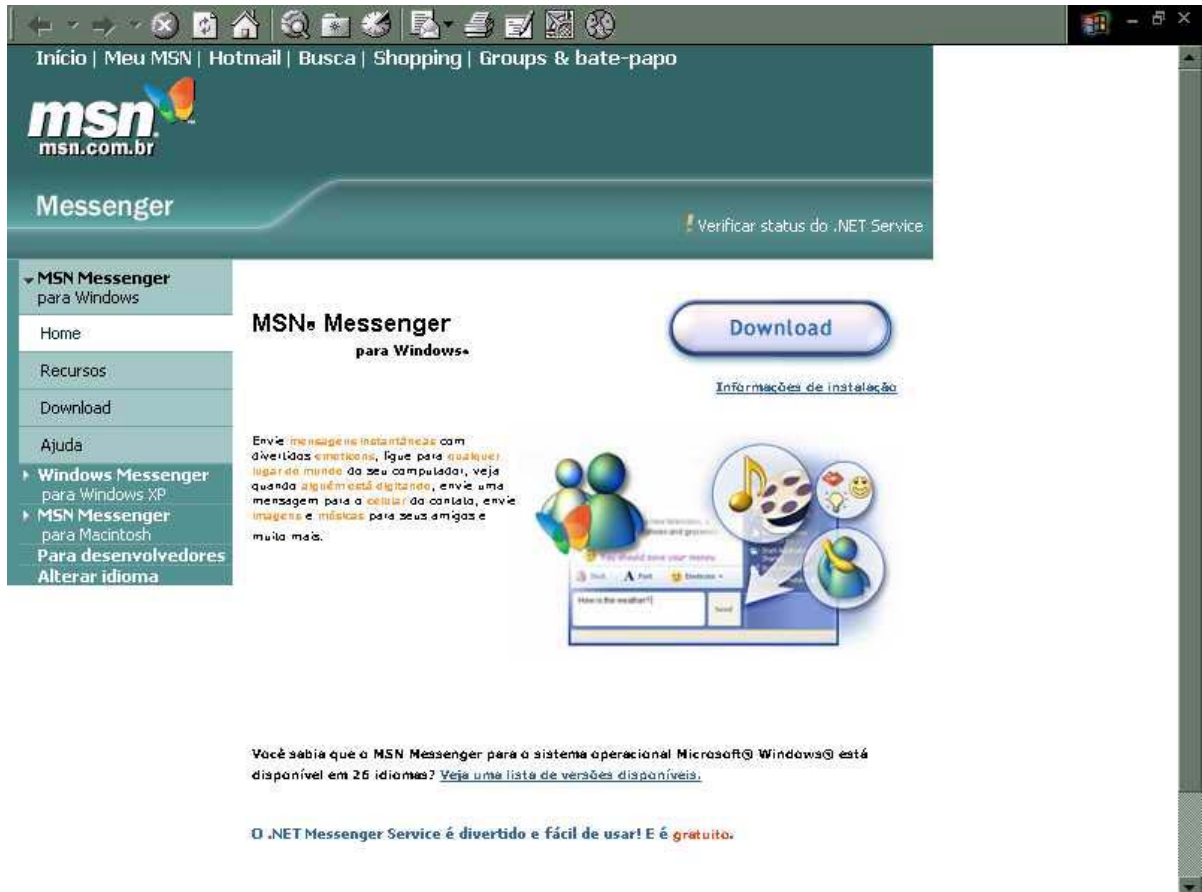
The screenshot displays the Bate-papo UOL website. At the top, the browser title is "Bate-papo UOL, o maior ponto de encontro online da América Latina - Microsoft Internet Explorer". The main header includes the Bate-papo UOL logo, a search bar for job vacancies, and statistics: 3.505 salas abertas, 167.390 lugares, and 12.030 pessoas agora. A navigation menu on the left lists various chat room categories like "Por Idade", "Cidades e Regiões", and "Sexo". The main content area features a news item about Fernanda Porto and an announcement for Oscar. A central banner promotes "discodador UOL 10.0" with automatic number updates. The right sidebar contains a "Shopping UOL" section with various product offers from sites like Pontofrio.com and Americanas.com. The browser's address bar at the bottom shows the URL "http://batepapo.uol.com.br/bp/convid.htm".

FONTE: Disponível em <http://www.uol.com.br . Acesso em 10/10/2002

Na figura acima encontraremos inúmeras possibilidades de nos comunicarmos com atores sociais de locais geográficos totalmente diferentes. São também bastante variadas as formas de comunicação que essa página nos oferece. Poderemos

encontrar amigos, utilizar o recurso do "correio elegante", falarmos com pessoas famosas, construirmos nossa página pessoal, escolhermos a cidade ou região com quem desejamos dialogar, utilizarmos o recurso do vídeo papo entre outras coisas.

FIGURA 2 - PORTAL DA MSN



FONTE: Portal da MSN (<http://messenger.msn.com.br/>), no dia 12/02/03

Esta ferramenta de comunicação nos permite enviar mensagens escritas instantâneas, fazer ligações para qualquer lugar do mundo do computador, ver quando alguém está digitando uma mensagem, enviar uma mensagem para o celular, enviar imagens e músicas para outras pessoas, comunicar-se com alguém através de uma câmara de vídeo, etc. Ela também permite que façamos reuniões de trabalho, em grupo de amigos ou mesmo entre os membros de uma família, independentemente do espaço geográfico em que os atores sociais estiverem localizados. Isso evidencia que há em curso uma forma de relação e de comunicação entre as pessoas.

FIGURA 3 - PORTAL TERRA

FONTE: Portal Terra (<http://chat.terra.com.br:9781/@@INDEX@@?>), no dia 12/02/03

Nesta figura destacaremos dois trechos que vem ao encontro do objetivo da exemplificação aqui salientada. O primeiro está no centro da figura em destaque:

Converse com Fernanda Porto às 18h30. Com dez anos de carreira, a multi-instrumentalista e autora da canção "Sambassim" só ficou conhecida com o remix "só tinha que ser com você".

O Segundo está localizado logo abaixo:

Quer concorrer a prêmios? Cadastre-se agora, receba por e-mail todas as novidades e agenda de entrevistas, e participe em breve da promoção exclusiva para os assinantes do boletim do Chat!

Além das opções já destacadas nas figuras anteriores, o que aparece de deferente aqui é o aspecto econômico (no segundo trecho destacado), como estímulo para que os atores sociais estabeleçam interações.

Portanto são muito variadas as formas de comunicação no Ciberespaço, bem como, as maneiras pelas quais elas se estabelecem também são as mais diversas.

Assim esse novo momento exige um novo humanismo que inclua dinamicamente o conhece-te a ti mesmo. Um aprendermos a conhecer-nos para pensarmos em conjunto e que generaliza o penso, logo existo no sentido de formarmos uma nova coletividade. Indicamos – de maneira um pouco utópica – que o capital será o homem, não mais a economia, nessa nova forma de estabelecermos as relações entre nós.

Ainda em relação a essa novo concepção antropológica que está em curso – a partir do surgimento do Ciberespaço –, incluiremos, a seguir, alguns exemplos de sites que foram construídos para contribuir com a democracia. Inicialmente destacaremos um que foi construído fora do Brasil.

As primeiras experiências foram desenvolvidas nos Estados Unidos da América, no estado de Minnesota onde encontraremos: <http://www.e-democracy.org/>.

FIGURA 4 - PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DO MINNESOTA E-DEMOCRACY

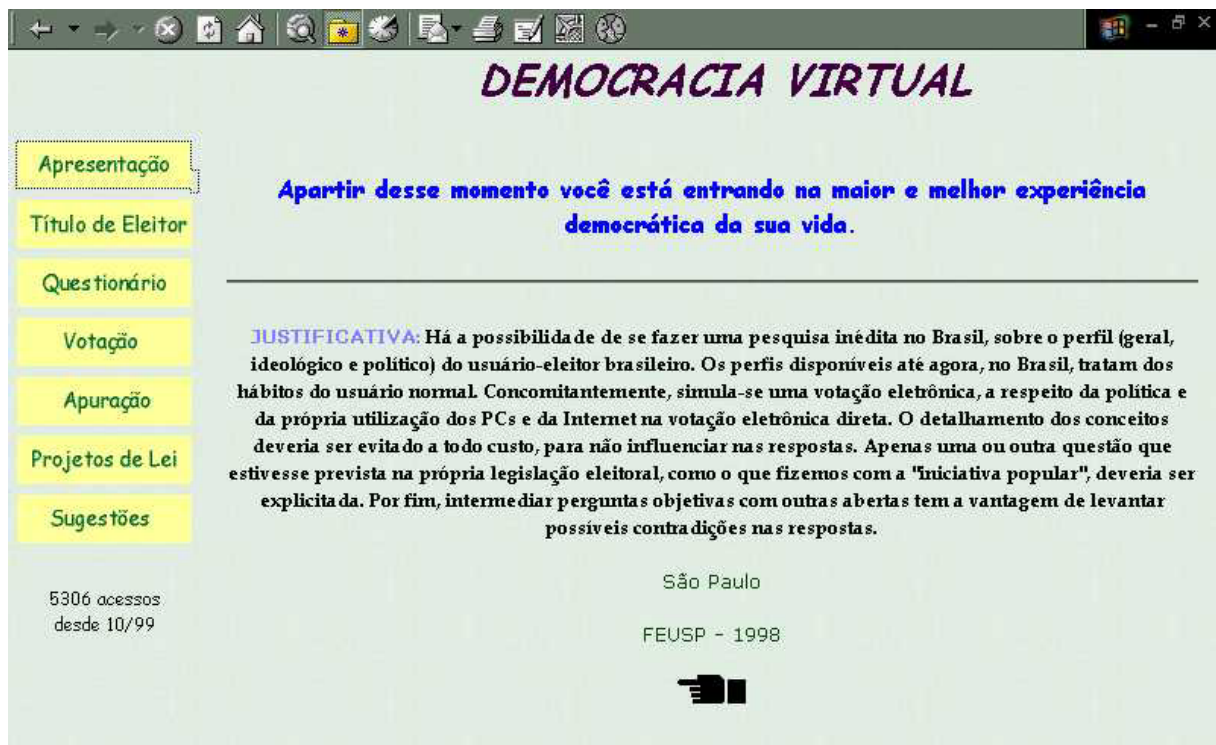


FONTE: Disponível em <http://www.e-democracy.org/>. Acesso em 10/09/2002

Neste site encontraremos links relacionados a discussão em torno do tema da democracia eletrônica. Existem também a possibilidade de encontrarmos outros links relacionados a esse tema e informações gerais sobre esse projeto de colocar o Ciberespaço a serviço da democracia.

No Brasil, são várias as tentativas que buscam estabelecer a conexão entre o ciberespaço e a democracia. Uma das primeiras experiências refere-se a Faculdade de Educação da USP. Esse site denominado Democracia Digital – <http://demo.meex.com.br/> – foi construído com o objetivo de fazer uma pesquisa demonstrando as possíveis contradições nos eleitores à democracia digital. É um local aonde de maneira bastante didática, o cidadão, em forma de exercício, pode perceber como é fácil exercer sua cidadania participando dos questionamento que estão lá colocados. Destacaremos alguns links que ilustram nossa afirmação:

FIGURA 05 - PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DEMOCRACIA VIRTUAL



FONTE: Disponível em <http://www.demo.meex.com.br> . Acesso em 10/09/2002

Neste item apresentação os autores do projeto destacam a finalidade no mesmo. Pela forma didática como está apresentado a navegação torna-se bastante fácil.

Ainda em relação a esse site destacaremos o link "projeto de lei " com a finalidade de evidenciar que se trata de um exercício para que o eleitor possa participar da vida democrática do país.

FIGURA 06 - SITE DEMOCRACIA VIRTUAL – LINK "PROJETO DE LEI "



FONTE: Disponível em <http://www.demo.meex.com.br> . Acesso em 11/02/2003

Temos ai, portanto, uma oportunidade de conhecermos como o mundo do Ciberespaço pode contribuir para exercício de uma prática democrática.

Outra experiência em âmbito nacional foi desenvolvida na Universidade de Minas gerais – <http://www.fafich.ufmg.br/~revista/ed/ed.htm> – aonde um grupo de alunos, sob orientação do Prof. José Eisenberg, discutem o caráter democratizante da Internet, indicando exemplos práticos.

FIGURA 7 - PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL ENCRUZILHADA



FONTE: Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/~revista/ed/ed.htm>. Acesso em 10/09/2002

Como podemos perceber nessa figura 7, existe uma proposição que destacaremos aqui: "a rede permitiria uma maior participação em decisões de interesse coletivo". Muito embora essa afirmação se caracterize como um juízo de valor, podemos entender que há esforço de setores da sociedade já procuram evidenciar que – embora de forma embrionária – já existe uma relação entre o ciberespaço e a democracia.

Nas próprias palavras presentes no interior desse portal:

Este site é resultado de um projeto integrado de pesquisa e ensino junto ao curso de graduação em Ciências Sociais da UFMG, desenvolvido ao longo do segundo semestre de 1998 na disciplina optativa Internet e Política. O objetivo do projeto consiste em coletar dados relevantes para a formulação de uma teoria política da Internet, investigando o seu potencial para uma dupla ampliação da esfera pública. Por um lado, os dados coletados buscam contribuir para uma análise da democratização do acesso à informação sobre a política no Brasil. Por outro lado,

coletou-se dados que permitissem aferir o potencial da Internet para a ampliação dos meios de participação política existentes no nosso país.¹²

Neste outro site encontraremos vários temas que dizem respeito a relação entre o Ciberespaço e a democracia. O Próprio nome "Democracia Direta " já é um claro indicativo dessa relação.

FIGURA 08 - PÁGINA PRINCIPAL DO SITE DEMOCRACIA DIRETA



FONTE: Disponível em. [Http://www.democraciadireta.com.br](http://www.democraciadireta.com.br) Acesso em 12/02/2003

Aqui já não se trata apenas de um site de criado para fins meramente acadêmico,¹³ mas de uma ferramenta se propõe estar a serviço da democracia. Pelos temas

¹² Esta afirmação foi extraída do portal no dia 20/07/2002. Já a figura acima que mostra o próprio portal foi retirada da internet no dia 08/10/2002 .

¹³ Os exemplos anteriores evidenciaram que há no mundo acadêmico a preocupação em estabelecer a conexão entre a democracia e essa nova força produtiva. O link "o que é o site ", encontraremos seu histórico. Esse Site foi criado por alunos do curso de

apresentados na primeira página desse site vemos que eles estão relacionados as questões do cotidiano da política brasileira. Como é o caso do tema do "Foram Social Mundial".

Destacaremos ainda deste site o link "Movimento Democracia Digital" porque nesta página encontraremos a intencionalidade criadores do mesmo.

FIGURA 09 - LINK PRESENTE NO SITE "DEMOCRACIA DIRETA "

The image is a screenshot of a web browser displaying the website 'DEMOCRACIA DIRETA'. The browser's address bar shows the URL 'http://www.democraciadireta.com.br/jornal/'. The page header features the site's logo and the slogan 'O debate político na Internet começa aqui.' Below the header, the main content area displays a manifesto titled 'Manifesto pela Democracia Digital'. The manifesto text discusses the challenges of modern democracy and the role of the internet. The website layout includes a left sidebar with navigation links like 'Participe', 'Colunas', and 'Informação', and a right sidebar with a search bar and a login section.

DEMOCRACIA DIRETA Terça-Feira, 11 de Fevereiro de 2003

Manifesto pela Democracia Digital

A democracia moderna opera dentro de uma lógica estreita de divisão de fazeres: de um lado, os dirigentes, de outro, os eleitores. Este modelo passa por uma crise que tem a ver com os meios, cada vez mais eficazes, de superação das distâncias entre os dois universos.

A rede de computadores (internet) é mais um elemento que vem reforçar esta crise, no sentido de apontar para a superação gradual da dicotomia abismal entre elites de dirigentes e massas de dirigidos. É certo que uma sociedade educada e informada tende a querer traçar seus rumos futuros, e é certo também que uma elite dirigente que despreze esta tendência contribui para a intensificação da crise mesma, visto que a sociedade da informação veio para ficar e não se pode ignorá-la. Isto nas empresas já está sendo assimilado para o próprio sucesso da gestão, no nível estatal ainda não.

A função de um Movimento pela Democracia Digital é, a um só tempo, a de estimular as elites estatais a interagir e criar parcerias com os grupos sociais cada vez mais conscientes e organizados e, por outro lado, possibilitar que tais grupos conheçam e aproximem-se das novas ferramentas de que dispõem para o avanço de sua organização e representatividade.

É certo que não estamos falando, ainda, de massas, mas de segmentos

Equipe
Fale Conosco
Cadastre-se Grátis

FSM-2003! clique aqui
FSM-2005 novamente em POA-Brasil

Fórum Social Mundial 2003: entre os dias 23 e 28 de Janeiro

Busca Conteúdo

Informe palavras relacionadas ao que você deseja buscar:

Selecione: Tudo

Webmaster

Senha

FONTE: Disponível em. [Http://www.democraciadireta.com.br/jornal/](http://www.democraciadireta.com.br/jornal/). Acesso em 12/02/2003

Direito da PUC do Rio de Janeiro. Seu objetivo: "Seremos reconhecidos como a referência da Internet brasileira em termos de cidadania, debates políticos, votações e aproximação entre eleitores e eleitos. Através de ferramentas e conteúdos que visem reeducar o cidadão brasileiro e prepará-lo para os avanços tecnológicos que o possibilitarão influenciar ainda mais nos rumos da sociedade." (<http://www.democraciadireta.com.br/jornal/NewsClip/Default.asp> – em 12-02-2003

Neste manifesto¹⁴ aparece claramente a idéia de que na sociedade da informação, a relação entre representantes e representados passa por novas configurações. Isso pode ser percebido já na primeira parte do mesmo:

A democracia moderna opera dentro de uma lógica estreita de divisão de fazeres: de um lado, os dirigentes, de outro, os eleitores. Este modelo passa por uma crise que tem a ver com os meios, cada vez mais eficazes, de superação das distâncias entre os dois universos. A rede de computadores (internet) é mais um elemento que vem reforçar esta crise, no sentido de apontar para a superação gradual da dicotomia abismal entre elites de dirigentes e massas de dirigidos. É certo que uma sociedade educada e informada tende a querer traçar seus rumos futuros, e é certo também que uma elite dirigente que despreze esta tendência contribui para a intensificação da crise mesma, visto que a sociedade da informação veio para ficar e não se pode ignorá-la.

Vê-se, portanto, que há um crescente envolvimento de diferentes setores da sociedade procurando mostrar as evidências de que com o Ciberespaço as relações no mundo da política tendem a sofrer mudanças significativas.

No campo da política institucional, além dos portais que serão objeto de investigação na unidade seguinte, existem vários outros que disponibilizam seus serviços através desse instrumento tecnológico. Entre eles destacamos: <http://www.estado.rs.gov.br/welcome.php> (Governo do Estado do Rio Grande do Sul); <https://www.in.gov.br/assinaturas.stm> (Imprensa Nacional); <http://www.camara.gov.br/> (Câmara dos Deputados Federais) e <http://www.senado.gov.br/web/secsdefa/principa.shtm> (Senado da República Federativa do Brasil).

No entanto, é notório que esse processo permanece, ainda, numa escala regional e, apesar do desenvolvimento sempre crescente das relações comerciais a longa distância que conectam as regiões afastadas do mundo antigo, a humanidade permanece fragmentada sob o aspecto das condições materiais. Dificultando assim o acesso a essas novas tecnologias.

Para aprofundarmos esses aspectos e para demonstrarmos a possibilidade de respondermos as questões norteadoras de nossa investigação desenvolveremos nossa pesquisa propriamente dita no próximo capítulo.

¹⁴ A íntegra deste manifesto se encontra em anexo do presente trabalho.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Escolha da Metodologia

A revisão de literatura em torno do conceito de poder, democracia, e do ciberespaço registrada nos capítulos II e III nos permitiu a obtenção de uma visão panorâmica, tanto da conceituação sobre a Democracia Representativa e Direta, quanto da relação entre o Ciberespaço e a democracia no mundo da política contemporânea.

De posse de tal reflexão recolocaremos agora nosso objeto de pesquisa afim de que possamos esclarecer os caminhos que serão por nós percorridos para chegarmos aos objetivos propostos: – O surgimento do ciberespaço está influenciando o exercício da democracia no Brasil? – Caso esteja, é possível pensarmos no uso dessa força produtiva como instrumento para o exercício da democracia direta?

Conforme já indicamos na introdução do nosso trabalho essas questões nos auxiliarão na tentativa de demonstrar a seguinte hipótese: o ciberespaço está possibilitando o exercício da Democracia Direta.

Nossa pesquisa se dará a partir do estudo de três portais eletrônicos como descreveremos a seguir. Analisaremos os portais do governo federal – [Http://www.redegoverno.gov.br](http://www.redegoverno.gov.br) –; do governo do estado do Paraná – <http://www.pr.gov.br> –; e da Prefeitura de Porto Alegre – <http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Nesta investigação procuraremos os elementos que nos indicam a existência da influência ou não do Ciberespaço na prática da Democracia Representativa ou Direta no Brasil.

Diante da constatação empírica presente nas páginas desses portais, faremos a descrição dos dados levantados, através de uma análise qualitativa de caráter hermenêutico, o que nos permitirá fazer às inferências diante do que for constatado.

Com relação à metodologia adotada, Pedro Demo nos dá as razões desse tipo de pesquisa, escrevendo que:

... a hermenêutica é a metodologia da interpretação, ou seja, dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque ninguém consegue compreender comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio. O mínimo será a capacidade de se colocar no mesmo diapasão do comunicador, pelo que não pode haver sujeito e objeto. É diálogo no sentido mais legítimo do termo. Em qualquer interpretação pode-se interpretar mal, pode-se deturpar, pode-se mesmo inventar, porque o ponto de partida é este: se a comunicação fosse totalmente interpretada, em completa fidedignidade, não teríamos necessidade da ciência. Tal coincidência não é factível sequer com respeito à realidade natural. Muito menos é viável com respeito à realidade social, que "sabe" esconder-se, "escreve direito por linha tortas. DEMO (1992, p.249)

Ainda, em torno da hermenêutica como metodologia alternativa Demo nos diz que:

... a hermenêutica é algo tradicional em metodologia, porquanto se refere à arte de interpretar textos e sobretudo à comunicação humana. Parte da constatação de que a realidade social, e nela sobretudo o fenômeno da comunicação humana, possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é mister atentar não só para o que se diz, mas igualmente para o que não se diz. Há na comunicação sentidos ocultos, cuja regra mais comum é fugir das regras. Adivinhar, por vezes, é a única saída (DEMO 1992, p.247)

Desse modo adotou-se a pesquisa qualitativa de natureza hermenêutica para a obtenção dos dados a serem analisados. A respeito deste procedimento CHIZZOTTI (2000, p.79), ensina que

... a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado.

Segundo o Manual de Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação (2002, p.25), do PPGEPP – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção –, da Universidade Federal de Santa Catarina, "O método científico é um conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação ". Por está razão a base epistemológica geral que nos servirá de norte é o Método

Dialético, por entendermos que nas ciências humanas ele nos permite dar conta de realidade de maneira mais fecunda. "É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade " (op. cit, 2002, p. 27)

A escolha desses portais para a pesquisa foi feita levando-se em consideração a necessidade de termos uma amostragem nas três esferas da administração pública, ou seja, tanto ao nível municipal, estadual como nacional. O critério para escolha do Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi feito com base em informações prévias que nesta cidade existia a experiência do Orçamento Participativo¹⁵ e que a população poderia participar da administração pública através da Internet. Já a escolha do Portal do Governo do Paraná foi feita por duas razões: a primeira por ser um portal que foi lançado recentemente (11/12/2001) e objetivo de uma vasta propaganda na mídia local; A segunda razão relacionada ao fato de que uma vez que utilizamos o critério da representação nas diferentes esferas da vida pública, preferimos escolher o portal do Estado aonde residimos por estarmos empiricamente mais próximo dessa realidade.

Nesses portais procuramos os elementos que nos permitirão examinar a influência do Ciberespaço no exercício da democracia participativa e na democracia direta. Dessa forma como elementos para análise levaremos em consideração aquilo que encontraremos nas páginas dos diferentes portais. Faremos a cópia dessas páginas e inseriremos as mesmas, no interior do nosso trabalho para que possamos fazer as inferências necessárias.

Assim emprego do método indutivo, da pesquisa qualitativa de caráter hermenêutico e a Dialética com concepção epistemológica geral, são os instrumentos que lançaremos mão para dar conta do nosso objeto de estudo.

De posse dessa breve construção teórica em torno da questão metodológica vamos agora nos voltar para a ausculta da experiência concreta que vem sendo desenvolvida nos três portais eletrônicos que tratam do objeto de pesquisa em questão.

¹⁵ Por ocasião da pesquisa propriamente dita incluiremos a definição desse conceito.

Iniciaremos nosso estudo pelo Portal do governo federal, depois do Governo do Estado do Paraná e posteriormente o portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

4.2 A Pesquisa

4.2.1 Descrição de alguns Links no Portal do Governo Federal

Começaremos destacando a primeira parte do mapa do portal.

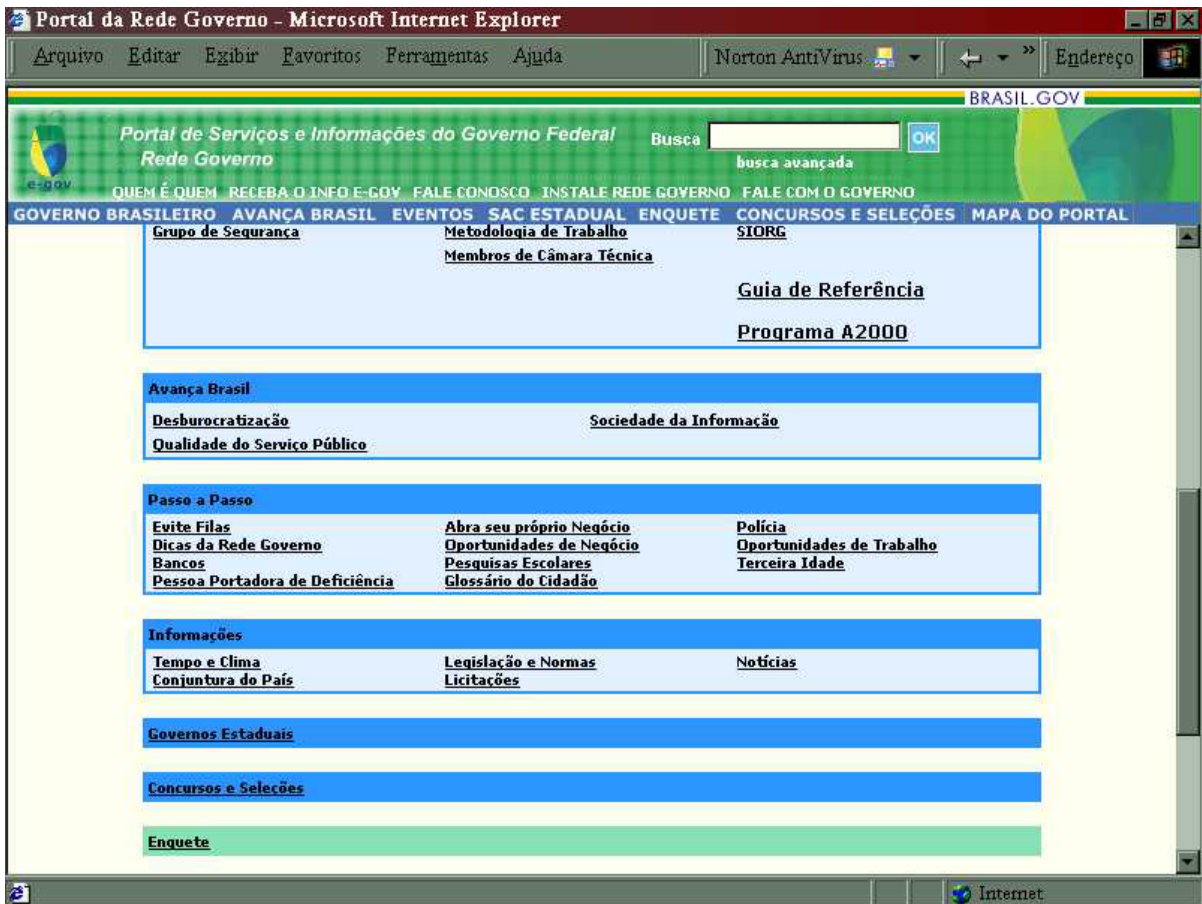
FIGURA 10 - MAPA DO PORTAL DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL



FONTE: Disponível em <<http://www.redegoverno.gov.br>. Acesso em 10/10/2002

Segunda parte do mesmo mapa do mesmo portal.

FIGURA 11 - MAPA DO PORTAL DO GOVERNO FEDERAL



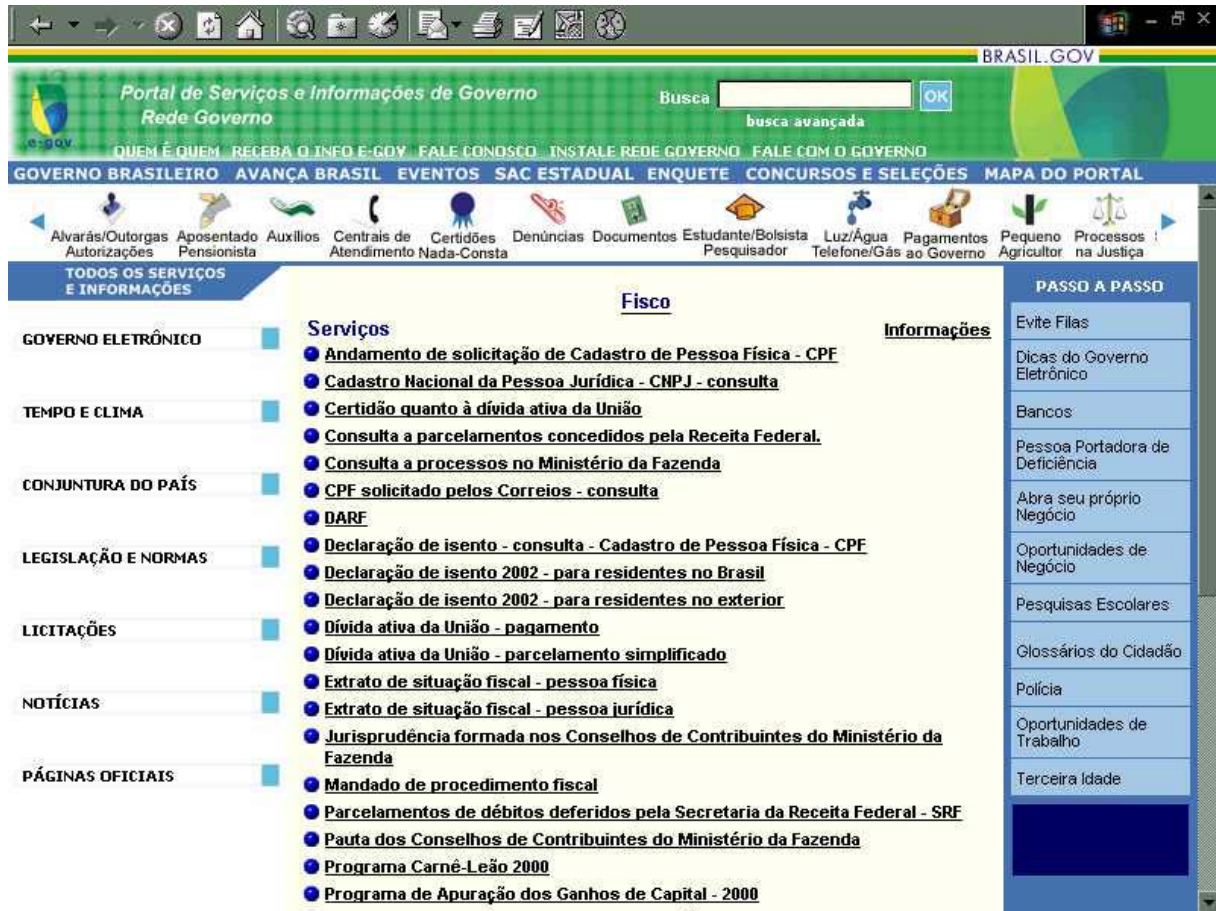
FONTE: Disponível em <<http://www.redegov.br> . Acesso em 10/10/2002

A apresentação do mapa do portal nos permite termos uma visão panorâmica de tudo o que poderemos encontrar nesse espaço eletrônico.

Como nosso propósito é investigar a influência do Ciberespaço no exercício da democracia participativa e na democracia direta no Brasil, podemos afirmar que nesse Portal do Governo Federal o exercício da democracia acontece de forma parcial. Isso porque não há nenhum link que trata diretamente da Democracia Representativa ou da Democracia Direta que pudesse explicar aos cidadãos a forma de como poderiam participar da vida política do país de forma mais intensa.

Esse Portal se caracteriza, principalmente, por ser uma força produtiva¹⁶ que possibilita aos atores sociais realizar inúmeros serviços que fazem parte de uma relação Estado-cidadão. Como exemplo disso é o acompanhamento – no link "fisco" presente nesse mapa – legal da "Pessoa Física" ou "Pessoa Jurídica" no tocante a questão tributária. A seguir a imagem desse link:

FIGURA 12 - MAPA DO PORTAL DO GOVERNO FEDERAL

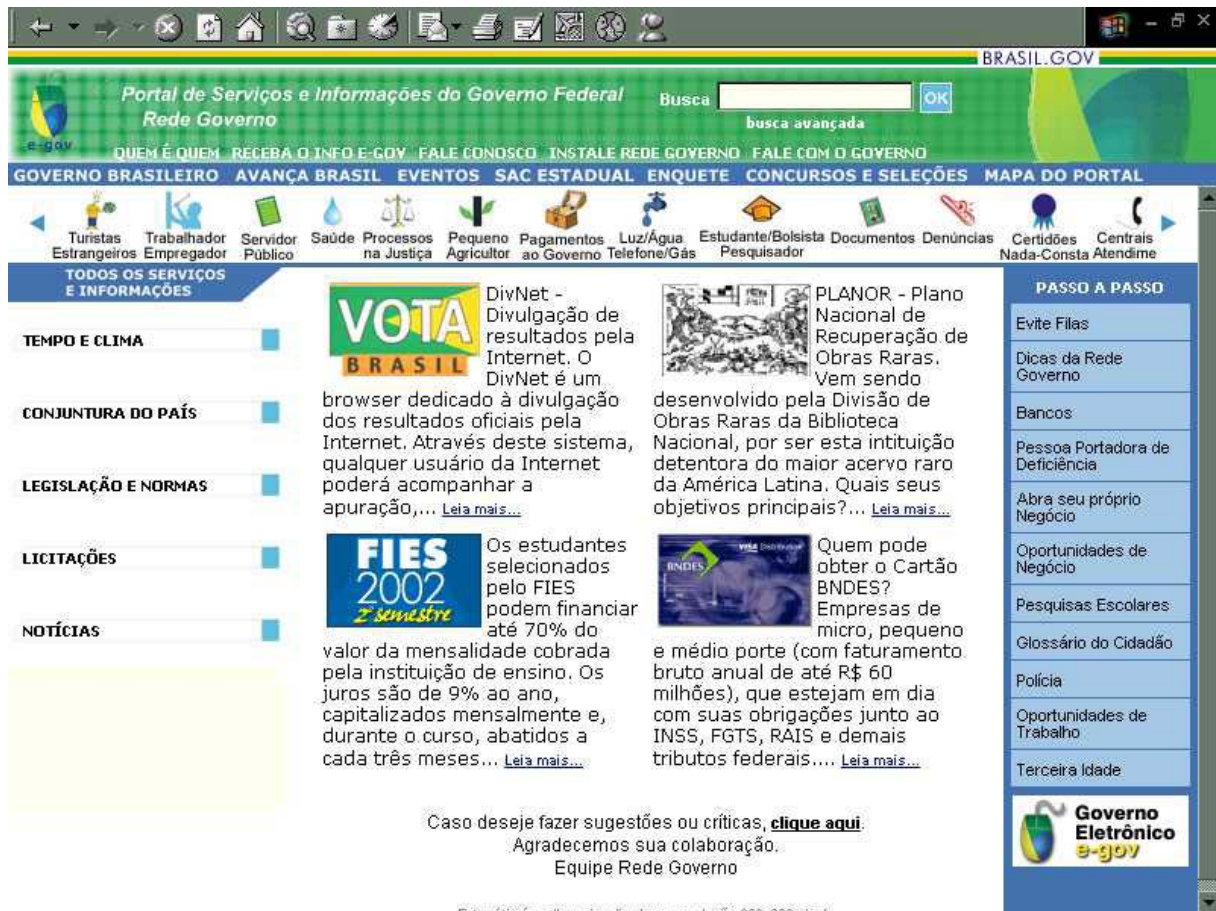


FONTE: Disponível em <<http://www.redegoverno.gov.br> Acesso em 13/02/2003

Passaremos agora ao observação da primeira página desse mesmo portal.

¹⁶ A hermenêutica desse conceito se encontra no início do nosso trabalho por ocasião da apresentação do nosso objeto de estudo em questão.

FIGURA 13 - MAPA DA PÁGINA PRIMEIRA PÁGINA PORTAL DO GOVERNO FEDERAL



FONTE: Disponível em <<http://www.redegoverno.gov.br>>. Acesso em 10/10/2002

Não há também nessa primeira página nenhum ícone que trata diretamente da questão de democracia propriamente dita. Como já afirmamos acima ele se caracteriza por ser um portal de serviços à população e de informações gerais para os internautas.

No entanto se considerarmos que um processo democrático passa pela oportunidade de participação dos atores sociais na vida política do país, podemos afirmar que esse Portal do Governo federal apenas mantém a ordem política como está, ou seja, a Democracia Representativa que é a forma de organização política atual não sofre nenhuma possibilidade de mudança pela forma como essa ferramenta tecnológica é utilizada.

Em reportagem recente, encontrada no portal da GloboNews, sobre este portal do Governo Federal constatamos que:

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, apresentou hoje o balanço de dois anos do Programa do Governo Eletrônico, criado para disponibilizar informações e aumentar a transparência no serviço público, facilitando o controle social e melhorando o atendimento à sociedade brasileira. O E-Gov (Governo Eletrônico) já dispõe de informações de 1.700 serviços governamentais federais e estaduais, em 22 mil links reunidos no portal www.redegoverno.gov.br. Durante encontro realizado no auditório do Palácio do Itamaraty para apresentar o balanço do Governo Eletrônico, o diretor do programa, Ney Gilberto Leal, informou que até o final do ano uma das metas é colocar todos serviços que não exijam a presença física do cidadão disponíveis na rede mundial de computadores. O próximo passo do Governo Eletrônico é transformar os serviços informativos em serviços interativos, isto é, tudo resolvido pela internet – concluiu (<http://www.globonews.globo.com>).

Na figura a seguir sobre esse tema poderemos confirmar a citação acima.

FIGURA 14 - PÁGINA DA GLOBONEWS SOBRE O PORTAL DO GOVERNO FEDERAL

The screenshot shows the GLOBONews.com website interface. At the top, there is a search bar and navigation links for 'GLOBO.COM', 'NOTÍCIAS', 'MAIL', 'CHAT', 'SHOPPING', and 'SERVIÇOS'. The main content area features a news article titled 'Governo eletrônico quer mais serviços interativos' dated 'Sexta-feira, 20/09/2002 - 16h48m'. The article text states: 'BRASÍLIA - O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, apresentou hoje o balanço de dois anos do Programa do Governo Eletrônico, criado para disponibilizar informações e aumentar a transparência no serviço público, facilitando o controle social e melhorando o atendimento à sociedade brasileira. O E-Gov (Governo Eletrônico) já dispõe de informações de 1.700 serviços governamentais federais e estaduais, em 22 mil links reunidos no portal www.redegoverno.gov.br. Durante encontro realizado no auditório do Palácio do Itamaraty para apresentar o balanço do Governo Eletrônico, o diretor do programa, Ney Gilberto Leal, informou que até o final do ano uma das metas é colocar todos serviços que não exijam a presença física do cidadão disponíveis na rede mundial de computadores. O próximo passo do Governo Eletrônico é transformar os serviços informativos em serviços interativos, isto é, tudo resolvido pela internet - concluiu.' The article is attributed to 'Agência Brasil'. On the right side, there are several advertisements, including one for 'Oferecimento: 20 HP LaserJet' and another for 'AMERICANAS.COM' featuring a 'Moleza! Kit CD + DVD a partir de R\$32,99!'. At the bottom of the article, there are navigation buttons: 'Voltar', 'Enviar matéria', and 'Versão para impressão'.

FONTE: Disponível em <http://www.globonews.globo.com> . Acesso em 20/09/2002

Considerando parte do conteúdo da reportagem: "O próximo passo do Governo Eletrônico é transformar os serviços informativos em serviços interativos, isto é, tudo

resolvido pela internet ", podemos perceber que a relação entre o ciberespaço e a democracia, nesse portal, se encontra numa fase embrionário. Isso porque o que há nele é apenas uma interação não recíproca.

4.2.1 Descrição de alguns links no portal do governo do Estado do Paraná.

Como não há nenhum link que indique a existência do mapa do portal, iniciaremos nossa análise pela página principal.

Figura 15 - PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

The screenshot shows the main page of the Government of Paraná portal. The header includes the logo 'eParaná' and the slogan 'Serviços e Informações para a cidadania'. Below the header, there are several navigation links: 'fale com o ouvidor', 'serviços mais acessados', 'novidades', 'agência de notícias', 'procurou e não encontrou?', 'fale conosco', and 'parceiros'. The main content area is divided into sections: 'DESTAQUES' (highlighting 'COMPRAS PARANÁ', 'Declaração de Isento 2002', 'Edital do Concurso Público para o Magistério', and 'Sistema de Assistência à Saúde e gov'), 'NOTÍCIAS DO PARANÁ' (with a news item about school construction), 'Arquivo Público vai digitalizar Diários Oficiais', 'Paraná vai avaliar 420 mil alunos da rede pública', and 'Corpo de Bombeiros comemora 90 anos'. On the right side, there is a search bar and a list of services including 'Administração', 'Agência de Rendas Internet', 'Água, Luz e Telefone', 'Agricultura', 'Bancos', 'Biblioteca e Arquivo Público', 'Cidadania e Dir. Humanos', 'Ciência e Tecnologia', 'Como obter documentos', 'Compras Paraná', 'Comunicação', 'Correios', 'Cultura', 'Curitiba', 'Defesa Civil', 'Defesa do Consumidor', 'Denúncias', 'DETRAN', 'Educação', 'Eleições - 2002', 'Emprego e Trabalho', 'Esportes', 'Fazenda Estadual', 'Governo Federal', and 'Governos Estaduais'. The footer includes 'CURITIBA PREFEITURA DA CIDADE' and 'DESENVOLVIDO PELA'.

FONTE: Disponível em <<http://www.pr.gov.br>. Acesso em 10/10/2002

Segunda parte da página principal.

FIGURA 16 - PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - SEGUNDA PARTE



FONTE: Disponível em <<http://www.pr.gov.br>. Acesso em 10/10/2002

Ao acessarmos o ícone E-PARANÁ – no alto a direita da página principal – encontraremos a descrição dos objetivos desse portal. Nas próprias palavras presente na referida página:

O que é o e-Paraná

É o projeto de Governo Eletrônico do Paraná que utiliza a Internet para disponibilizar Serviços e Informações para a cidadania – o que traduz a postura do Governo do Estado de realizar uma administração mais voltada para o cidadão – tendo como foco a qualidade de vida da população.

Estamos fortemente baseados em três pilares:

- Ampliação significativa dos serviços na Internet;
- Criação de pontos de acesso para a população usufruir dos serviços públicos visando diminuir os excluídos deste processo;
- Alfabetização digital Benefícios: • Todos os serviços em um único portal • Redução de custos para a administração pública;
- Economia para o cidadão (sem deslocamento, sem filas, 24 horas por dia...) • Transparência na administração pública;

- Maior qualidade nos serviços • Democratização do acesso à informação e ao serviço público • Interligação com outros órgãos.

Como podemos observar nesse portal também não existe referência à questão da democracia em específico. A ilustração a seguir atesta isso.

FIGURA 17 - ÍCONE EXPLICATIVO SOBRE O PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

O que é o e-Paraná

É o projeto de **Governo Eletrônico do Paraná** que utiliza a Internet para disponibilizar Serviços e Informações para a cidadania - o que traduz a postura do Governo do Estado de realizar uma administração mais voltada para o cidadão - tendo como foco a qualidade de vida da população.

Estamos fortemente baseados em três pilares:

- Ampliação significativa dos serviços na Internet
- Criação de pontos de acesso para a população usufruir dos serviços públicos visando diminuir os excluídos deste processo
- Alfabetização digital

Benefícios:

- Todos os serviços em um único portal
- Redução de custos para a administração pública
- Economia para o cidadão (sem deslocamento, sem filas, 24 horas por dia...)
- Transparência na administração pública
- Maior qualidade nos serviços
- Democratização do acesso à informação e ao serviço público
- Interligação com outros órgãos.

Atualizado em 26.06.2002 - central@pr.gov.br - Copyright © 2001 - e-Paraná

14575
Acessos desde 11.12.2001

Desenvolvido pela
CELEPAR

FONTE: Disponível em <<http://www.pr.gov.br>. Acesso em 10/10/2002

A partir da citação: "o projeto de Governo Eletrônico do Paraná que utiliza a Internet para disponibilizar Serviços e Informações para a cidadania", pode-se concluir, que a cidadania aqui é tomada como o direito que o cidadão tem em poder ter acesso aos serviços do estado. Não há referência à participação do cidadão nas decisões dos governantes. Assim a nossa primeira questão: – O surgimento do ciberespaço está influenciando o "exercício " da democracia no Brasil?, pode ser respondida com base nesse portal do Governo do Estado do Paraná de que está influenciando sim. Porém essa influência é relativa à medida em que, como é o caso

desse portal, os cidadãos não podem através dessa ferramenta participarem diretamente das atividades dos governantes. O que se pode nesse portal é ter acesso aos serviços da administração pública estadual, acompanhar as atividades do governo, fazer denúncias e dar sugestões aos representantes dos três poderes através do Link "fale com o ouvidor ", que destacaremos a seguir:

FIGURA 18 - ÍCONE ONDE PODEREMOS ENCONTRAR AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Estado do Paraná
Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

Fale com o Ouvidor
Cidadão: exercite sua cidadania

Somente através da ação e colaboração de cada cidadão, o governo poderá realizar as modificações e aperfeiçoamentos na administração pública. Envie sugestões, críticas, denúncias, reclamações, elogios ou comentários através do formulário abaixo.

Para acompanhar o andamento do seu processo, acesse [Pesquisa de Protocolo](#) e informe o número enviado por esta Ouvidoria através de ofício.

Prezado(a) Cidadão(a):
Para um melhor atendimento, bem como para que possamos entrar em contato com Vossa Senhoria, solicitamos o preenchimento de todos os campos abaixo:

Reivindicação: Área:

Nome:

Endereço:

Bairro: Complemento:

Telefone: Fax:

Cidade: UF: CEP:

FONTE: Disponível em <http://www.pr.gov.br. Acesso em 12/02/2003

4.2.1 Descrição de alguns links no portal da prefeitura municipal de Porto Alegre.

Como neste portal também não há um link para termos acesso ao mapa do mesmo, apresentaremos a página principal em duas etapas.

FIGURA 19 - PRIMEIRA PARTE DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 10/10/2002

Apresentação da segunda parte do mesmo portal.

FIGURA 20 - SEGUNDA PARTE DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 10/10/2002

Neste portal, além de ser um instrumento de serviços à população, – como os outros dois já estudados – encontramos dois links que estão relacionados ao tema do ciberespaço e da democracia. O primeiro está assim apresentado: "Democracia e Participação" e o segundo: "Orçamento participativo". A seguir apresentaremos esses links e em seguida procederemos à análise.

FIGURA 21 - ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 11/10/2002

Relacionado a este link destacaremos apenas mais uma página, uma vez que nos parece elucidativa diante dos propósitos da nossa pesquisa.

FIGURA22 - ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 11/10/2002

Em destaque a seguir apresentaremos o texto que está na figura acima (22):

Aqui você participa, através da Internet, do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Ele se organiza através de plenárias regionais e temáticas abertas a toda a população. As plenárias regionais resultam da divisão da cidade em 16 setores, onde a população define investimentos e serviços localizados. Nas plenárias temáticas são definidas as diretrizes globais de investimentos e políticas setoriais e específicas. Na Internet, como na participação direta, as sugestões de demandas podem ser enviadas de **15 de Março a 15 de Maio**.

Pela Internet você sugere demandas para região ou para uma temática e, se desejar, para ambas. Essas sugestões serão examinadas nas reuniões de deliberação dos Fóruns de Delegados no período de maio a julho. As datas destas reuniões serão enviadas para o seu e-mail.

Neste link "Participação pela Internet " aonde está localizada à citação anterior fica evidenciado que neste portal há uma clara influência do Ciberespaço no exercício da democracia na cidade de Porto Alegre. Por isso podemos concluir que o

surgimento do ciberespaço está influenciando o exercício da democracia no Brasil, ao menos de forma regional. Nas afirmações: "Aqui você participa, através da Internet, do Orçamento Participativo de Porto Alegre " e mais adiante "Pela Internet você sugere demandas para região ou para uma temática e, se desejar, para ambas", atestam nossa afirmação anterior.

Falta-nos investigar ainda se há indícios de que essa nova força produtiva está contribuindo para o exercício da democracia direta.

Na busca de tais evidências destacaremos alguns links relacionados a essa questão e em seguida faremos a hermenêutica dos mesmos:

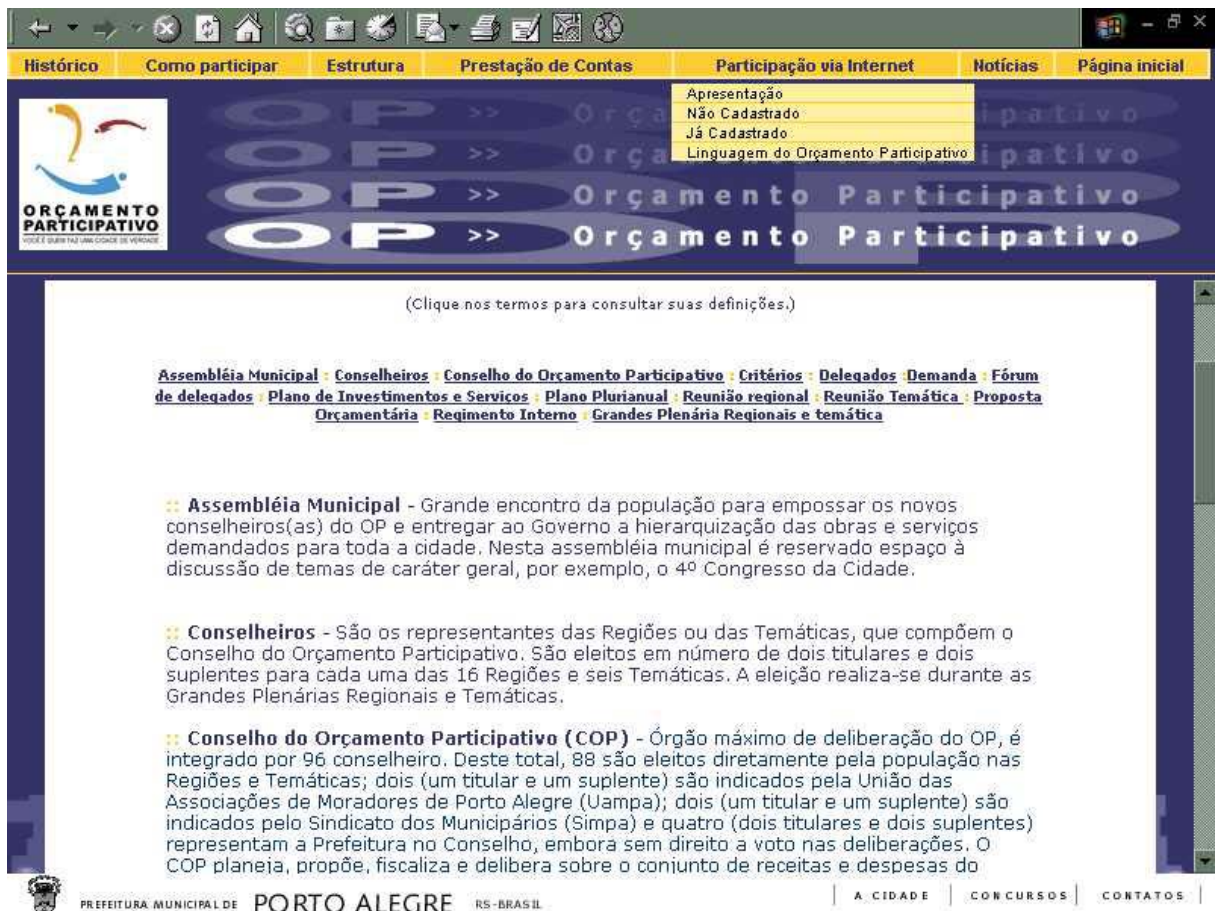
FIGURA23 - ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 11/10/2002

Ainda no link que trata do tema da "Orçamento Participativo " encontramos um link aonde existe uma explica bem didática de como funciona a participação da população nos destinos da cidade:

FIGURA24 - ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 12/02/2003

Vê-se que há, portanto, um estreita conexão entre o Ciberespaço e à tentativa de uma prática da democracia direta. A tentativa de tal materialização pode ser confirmada nas três figuras anteriores. A população não apenas pode utilizar essa ferramenta para dispor dos serviços que estão sob a jurisdição da prefeitura, como pode acompanhar os gastos do município através do link "prestação de contas ", bem como, participar dos destinos da cidade pelos recursos disponíveis no portal. A título de exemplificação incluiremos mais algumas figuras:

FIGURA25 - LINK LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA PRINCIPAL PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 12/02/2003

Esta figura serve para ilustra à afirmação anterior onde a população pode acompanhar as decisões tomadas.

FIGURA 26 - LINK LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA DA EDUCAÇÃO DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

The screenshot shows the website of the Secretaria Municipal de Educação (SMED) of Porto Alegre. The header includes the SMED logo and the text 'Escola Cidadã' and 'Rua dos Andradas, 680'. A navigation menu contains links for 'A SMED', 'ESCOLAS', 'NÍVEIS DE EDUCAÇÃO', 'POLÍTICAS E PROJETOS', 'PUBLICAÇÕES', and 'AGENDA'. The main content area is titled 'Orçamento Participativo' and features a photograph of a child with red face paint. To the right of the photo is a text block describing the participatory budgeting process. A search bar is located in the top right corner, and a sidebar on the right contains links for 'Cidades Educadoras', 'FME', 'CME Conselho de Educação', and 'Mosaico de Livros'. The footer of the page displays the logo of the Prefeitura Municipal de Porto Alegre and the text 'RS - BRASIL'.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE RS - BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE RS - BRASIL

A CIDADE | CONCURSOS | CONTATOS

FONTE: Disponível em <http://www.portoalegre.rs.gov.br. Acesso em 12/02/2003

Nesta figura acima vê-se claramente que há também um cultura de formação da população no tocante ao seu envolvimento no processo democrático. Todos os atores sociais envolvidos no processo ensino-aprendizagem são chamados a participar. Em destaque o conteúdo que aparece no centro da figura:

A cultura de decidir em plenárias regionais qual o destino dos recursos da Prefeitura Municipal bateu à porta das escolas. Criado em 1998, o Orçamento Participativo da Smed busca a radicalização da democracia dentro do espaço escolar. Todos os anos, professores, pais, alunos e funcionários das escolas votam e defendem propostas sobre a instalação de bibliotecas e laboratórios, a realização de oficinas e atividades culturais, a aquisição de equipamentos e incluem até melhorias nos prédios escolares, reformas e ampliação de salas de aula.

FIGURA27 - ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

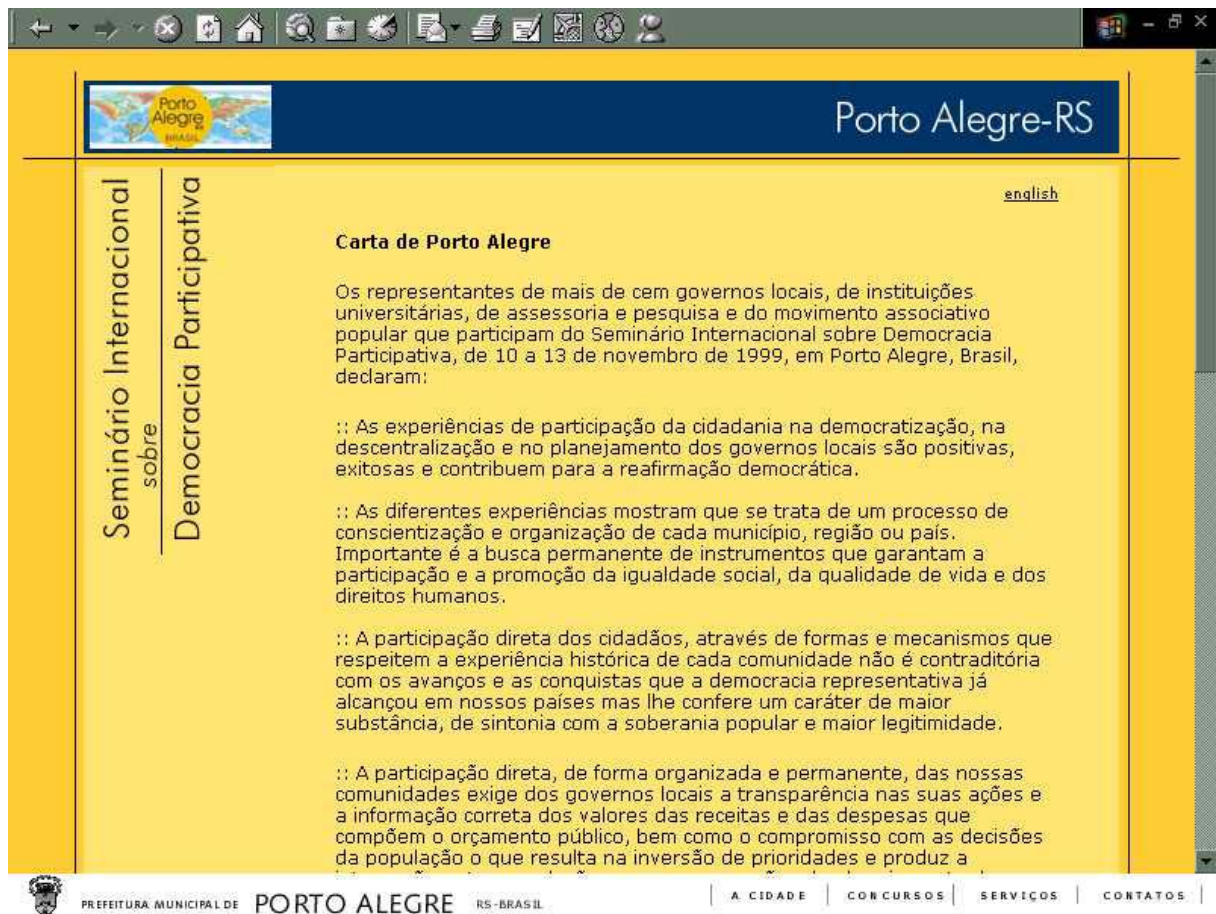


FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 11/10/2002

Nesta página existem dezessete textos relacionados ao tema da "democracia e participação". Esse seminário foi realizado em novembro de 1999. Parte desses textos serão colocados em anexo ao nosso trabalho.

Dos links que se encontram nesta página, destacaremos apenas um. O critério para sua escolha também está relacionada ao nosso objeto de pesquisa.

FIGURA28 - ÍCONE LOCALIZADO DENTRO DA PÁGINA RELACIONADA AO TEMA: "DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO" NO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



FONTE: Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. acesso em 11/10/2002

A íntegra desta carta:

Carta de Porto Alegre

Os representantes de mais de cem governos locais, de instituições universitárias, de assessoria e pesquisa e do movimento associativo popular que participam do Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, de 10 a 13 de novembro de 1999, em Porto Alegre, Brasil, declaram:: As experiências de participação da cidadania na democratização, na descentralização e no planejamento dos governos locais são positivas, exitosas e contribuem para a reafirmação democrática. As diferentes experiências mostram que se trata de um processo de conscientização e organização de cada município, região ou país. Importante é a busca permanente de instrumentos que garantam a participação e a promoção da igualdade social, da qualidade de vida e dos direitos humanos.

A participação direta dos cidadãos, através de formas e mecanismos que respeitem a experiência histórica de cada comunidade não é contraditória com os avanços e as conquistas que a democracia representativa já alcançou em nossos países mas lhe confere um caráter de maior substância, de sintonia com a soberania popular e maior

legitimidade. A participação direta, de forma organizada e permanente, das nossas comunidades exige dos governos locais a transparência nas suas ações e a informação correta dos valores das receitas e das despesas que compõem o orçamento público, bem como o compromisso com as decisões da população o que resulta na inversão de prioridades e produz a integração entre população e governo em ações de planejamento das cidades.: Vimos que o êxito de nossas experiências reside na garantia da participação cidadã, sem exclusões, na vivência praticada pelos cidadãos no processo e no respeito a auto-organização das comunidades. Reafirmamos o papel protagonista das nossas cidades e municípios no aperfeiçoamento político de nossos países e a importância de uma efetiva integração entre nossos povos em todo mundo. Nesse sentido, reafirmamos a defesa da autonomia dos governos locais e da garantia dos recursos orçamentários para dar conta dos encargos sob sua competência. A participação cidadã nos destinos e na gestão dos governos locais pressupõe o direito aos tributos, próprios e transferidos, condição fundamental para assegurar a autonomia local.: Desejamos manter e propiciar novos eventos nessa direção que estreitem os laços de amizade, de cooperação e de solidariedade entre povos. Através de acordos, convênios de cooperação internacional entre cidades, redes e organismos internacionais como a rede Mercocidades, a Federação Mundial de Cidades Unidas, continuaremos nossos esforços em prol da formação da cidadania, do fortalecimento democrático, da autonomia local e da solidariedade internacional.: Afirmamos a necessidade de se levar às mais variadas localidades as experiências produzidas no exercício da democracia participativa como nova forma de serem abordados os problemas das cidades e de conquista dos direitos que ainda não foram alcançados pelos cidadãos. Para o aprofundamento e aperfeiçoamento das mais variadas experiências de gestão participativa, propomos: a) O apoio ao desenvolvimento de processos de capacitação das comunidades envolvidas, como por exemplo aquelas desenvolvidas e propostas pelo Programa de Gestão Urbana – ONU, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto do Banco Mundial. b) A criação de grupos de trabalho e de um observatório com o objetivo de aprofundar permanentemente os estudos sobre gestão participativa. c) Buscar apoio à pesquisa sobre o tema da democracia participativa. d) Criar canais de comunicação de massa que possibilitem a divulgação mais efetiva das experiências de gestão participativa.: Outra iniciativa para dar continuidade ao processo de discussão sobre os avanços e limites da gestão pública participativa será a realização, em Saint Denis, na França, no próximo ano, de um novo Seminário possibilitando a maior participação de cidades européias. Porto Alegre, 13 de novembro de 1999

No item a seguir avançaremos um pouco mais fazendo à análise e interpretação dos dados.

4.3 Análise e Interpretação dos Dados

4.3.1 A Influência do ciberespaço no mundo da política

A escolha do método dialético como base epistemológica principal nesta Dissertação não foi realizada de forma aleatória. Há uma razão principal que precisa ser esclarecida porque a mesma tem servido como o fio condutor de nosso estudo.

Primeiramente é preciso esclarecer que o "método Dialético " historicamente sofreu diferentes interpretações. Nós aqui utilizaremos esse conceito a partir do sentido atribuído por Karl Marx. Assim Marx e Friedrich Engels promovem o que se convencionou chamar uma *inversão* da dialética hegeliana, constituindo assim a dialética materialista¹⁷. Sendo essa a razão subjacente que nos permitiu conceituar, por exemplo, o Ciberespaço como uma força produtiva.

Na concepção do materialismo dialético de Marx e Engels as relações fundamentais da sociedade são as relações de produção que se efetivam na divisão social do trabalho; a maneira pela qual as forças produtivas se organizam determinam as relações de produção que, em cada momento histórico, são denominados modos de produção. É à luz dessa conceituação inicial que procederemos à análise e interpretação dos dados.

¹⁷ Para o senso comum a história se explica pela ação dos grandes homens ou da intervenção divina. Marx afirma que, no lugar dos grandes homens ou da vontade de Deus está a luta de classes que se expressa de duas formas: INFRA-ESTRUTURA, que é a estrutura material da sociedade, ou seja, a maneira pela qual o homem produz os bens de consumo; SUPERESTRUTURA, que é a estrutura jurídica e política (Estado, Direito, etc.) e a ideologia (formas da consciência social). O materialismo marxista considera que a infraestrutura determina a superestrutura. Mas para uma tal afirmação é bom lembrar que isso se efetiva dialeticamente, ou seja, o homem pode conhecer a realidade e agir sobre ela. Simplificadamente, com a mudança da forma de produzir sua existência (infra-estrutura) – aqui exemplificado pelo Ciberespaço como força produtiva – mudam também as idéias do homem (superestrutura). No caso a idéia que desenvolvemos na revisão de literatura que uma nova concepção antropológica está em curso a partir do surgimento do Ciberespaço.

O que ficou constatado é que os "governos eletrônicos"¹⁸ crescem por toda parte. Isso tanto pode ser observado no estudo específico dos três portais, como também nos exemplos apresentados por ocasião da nossa revisão de literatura.

Expandem-se, também, a demanda por serviços na mesma proporção. Essas novas tecnologias tornaram-se indispensáveis. Hoje em dia, sem elas, dificilmente os governos conseguirão trabalhar adequadamente. O e-governo¹⁹ é uma exigência da sociedade da informação.

Assim pela pesquisa realizada, podemos concluir que há uma influência do Ciberespaço no mundo da política. Muito embora essa influência aparece de forma diferenciada, dependendo da forma como se utiliza essa ferramenta. No entanto, o cenário geral, é ainda nebuloso. Talvez por estarmos no limiar desse do processo de utilização dessa força produtiva. A expressão "governo eletrônico ", por exemplo, deve ser vista com alguma cautela. No estudo dos dois primeiros portais constatou-se a idéia basicamente de que o e-governo se restringe basicamente ao campo estrito da prestação de serviços. O exemplo dessa afirmação foi o conteúdo encontrado no portal do Governo do Paraná.

E-Paraná. É o projeto de Governo Eletrônico do Paraná que utiliza a Internet para disponibilizar Serviços e Informações para a cidadania – o que traduz a postura do Governo do Estado de realizar uma administração mais voltada para o cidadão – tendo como foco a qualidade de vida da população.

Deixa-se de lado, nesses portais – tanto o portal do Governo Federal quanto o do Estado do Paraná – a sua dimensão mais propriamente política, referente ao dirigir e ao articular, com vistas a fixar diretrizes de ação para a coletividade, reforçar seus laços internos e sua convivência, ou seja, a possibilidade da democracia direta. Indicando com isso que a concepção da Democracia Representativa – como

¹⁸É uma expressão que designa o uso do Ciberespaço no apoio às administrações públicas.

¹⁹ E-governo = governo eletrônico.

abordamos na revisão da literatura – não é questionada a partir do uso que se faz dessa tecnologia. O Ciberespaço é compreendido apenas como um recurso para a melhoria da burocracia do estado.

O Ciberespaço permite o exercício da telepolítica.²⁰ No entanto, entendemos que o mesmo – Ciberespaço – não é democratizante e educativo apenas, graças a sua capacidade de atingir uma grande quantidade de pessoas e facilitar o acesso dessas pessoas aos serviços públicos. Nesse estudo o que podemos perceber é que essas novas tecnologias da informação abrem inúmeras possibilidades para a reorganização da vida social.

4.3.2 O ciberespaço e a democracia direta

O tema acerca da questão do e-governo acaba por produzir a reflexão sobre o tema da democracia eletrônica. Hoje, acredita-se que a maior facilidade de receber informações e emitir opiniões levaria o cidadão a participar com mais intensidade da vida política do país. Com o advento do Ciberespaço estaríamos numa espécie de "ágora virtual", onde os atores sociais – tal como os antigos gregos – apresentariam suas idéias e aprovariam as propostas que viessem a ser feitas pelos diversos proponentes. A democracia assumiria a forma da democracia direta e os representantes seriam levados a se tornar "virtuais", a viver conectados permanentemente com suas bases, acabando por ser, desta forma, dirigidos por elas.

Essa afirmação acima pode ser constatada no portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que abre um espaço significativo sobre o tema de democracia com o auxílio do Ciberespaço como pode ser constado por nossa investigação

²⁰ A palavra aqui está sendo tomada no sentido etimológico, ou seja, como forma de governar à distância. Ocorre porém que essa distância deve ser compreendida no seu virtual, aonde um determinado líder político estando geograficamente distante dos seus eleitores, consegue, graças à ajuda do Ciberespaço, estar próximo à eles no tocante aos interesses dos mesmos.

Como já ficou considerado na pesquisa realizada logo na entrada desse Portal existe um link destinado ao Orçamento Participativo. Dentro dessa página existe um outro link que indica a participação pela internet.

Por fim ao colarmos o cursor sobre esse ícone, abra-se um banner indicando que nesse espaço encontraremos os seguintes temas: "apresentação"; "já cadastrado"; "não cadastrado "; e "linguagem do Orçamento Participativo "

Isso significa que o ator social, residente em Porto alegre, pode participar da vida política de sua cidade de forma mais ativa. Esse portal não é utilizado apenas como um recurso para acessar os serviços disponíveis pela Prefeitura.

Considerando o aspecto hermenêutico do texto citado em nossa pesquisa, podemos dizer que a linguagem utilizada possui um caráter didático, por isso de fácil entendimento. Uma pessoa com um pouco de noções de internet e com vontade política pode participar dos destinos da cidade

Podemos afirma que a hipótese por nós levantada, qual seja, de que o ciber-espço está possibilitando o exercício da democracia direta podendo nos auxiliar na construção de um novo conceito de poder denominado aqui por nós de poder horizontal, contrapondo-se ao conceito vertical de poder presente na democracia representativa, pode ser confirmada à medida que essa nova força produtiva nos possibilita estabelecermos novas formas de relações sociais. Nessas relações – como vimos na revisão de literatura – os atores sociais passam a perceber que seus poderes aumentam de forma significativa. O que nos permite afirmar que sua cidadania pode ser exercida sob novos patamares. Em outras palavras: como o Ciberespaço nos permite o acesso a uma quantidade muito maior de informações a possibilidade de que estando mais informados podemos exercer nossos direitos e deveres de forma muito mais consciente. Voltaremos a esse tema nas considerações finais.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa foi construída a partir da seguinte proposição central: Examinar a influência do ciberespaço no exercício da democracia participativa e na democracia direta. As questões norteadoras estabelecidas, bem como os demais objetivos partiram desse pressuposto.

Constatamos que a priori essas novas tecnologias não possibilitam, automaticamente, competência e qualidade na gestão pública ou mesmo no exercício da democracia. Muito menos cidadania e transparência. Por isso sua utilização não é um fim em si mesmo. Elas podem sim, ser um meio eficaz na consolidação dos regimes democráticos.

Seu uso pode se traduzir em resultados que engrandecem as pessoas e a cidadania. No entanto, entendemos que isso não se efetiva utilizado-se apenas como um instrumento a serviço da burocracia estatal, como no caso dos portais do Governo Federal e do Governo do Estado do Paraná. Fazendo com que a população sinta-se no pleno de sua cidadania apenas utilizando esses serviços.

Serviços à distância em tempo integral são um benefício inquestionável para o cidadão, já que podem liberá-lo de filas e mau atendimento, mas somente isso não é indicativo da existência de uma democracia direta.

Dentre outras coisas, não está dito que quebras de padrões organizacionais produzam por si só ganhos em termos de eficácia e eficiência. Só se melhora o desempenho e se inova na forma de gestão se a população tiver meios de acompanhamento e controle das finanças públicas. Isso ocorrerá se existirem projetos claros e vigorosos, vontade política e acima de tudo imaginação criativa, visão ético-política e ainda, recursos humanos qualificados.

Visto dessa forma o exercício da democracia através o Ciberespaço requer um tipo específico de sujeito: o cidadão ativo, sintonizado com sua época, em condições de igualdade com os demais e disposto a participar politicamente. Um ator social com autonomia.

Sendo o cidadão portador dessas características, o e-governo poderá se tornar um novo passo em direção ao controle rigoroso das contas e dos negócios públicos. Por esta razão tal prática torna-se muito mais relevante do que a própria rapidez no atendimento ao cidadão.

No entanto coloca-se a seguinte questão: – Como governar "eletronicamente " se a comunidade não é eletrônica? O governo eletrônico precisa se combinar com a presença de uma comunidade preparada para assimilá-lo e acima de tudo controlá-lo. Torna-se necessário encontrar meios para que a população possa ter acesso a esses serviços.

O processo histórico nos ensina que não há verdades eternas e absolutas nas relações entre a sociedade e o Estado. Estas se fazem e se refazem pelas ações dos atores sociais. Por isso o exemplo do trabalho que vem sendo desenvolvido no portal da Prefeitura de Porto Alegre, indica a possibilidade da existência de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social. Onde todos os que desejarem podem participar da vida da cidade. Nossa hipótese levantada de que o Ciberespaço está possibilitando o exercício da democracia direta, podendo nos auxiliar na construção de um novo conceito de poder denominado aqui por nós de poder horizontal, encontra sua verificação empírica no portal.

Tradicionalmente o conceito de poder é compreendido no sentido vertical, ou seja, ele consiste na capacidade de impor a nossa vontade, de cima para baixo, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade. É como que se eu apresentasse uma ordem dirigida a alguém que, presume-se deve cumpri-la. Assim considera-se que alguém tem poder quando consegue dispor de recursos mais diversos para fazer valer sua vontade sobre os demais atores sociais. Essa definição de poder assemelha-se ao conceito de poder em Max Weber.

O acima exposto pode ser facilmente constatado quando observamos as relações sociais entre o conjunto da população e os membros dos três poderes.

Visto sob esse aspecto quanto maior a capacidade de impor tal vontade e atingir o correspondente objetivo, maior o poder. Os políticos, de modo geral, se valem dessa concepção de poder, para regulamentar seus interesses que por vezes se acham ocultos. Eles podem fazer uso da coerção – como vimos na revisão de literatura – no sentido da força física (o poder coercitivo nos estados se manifesta no poder militar), como também podem se valer do poder simbólico que é obtido através do uso da mídia em geral.

Partindo dessa concepção vertical de poder poderíamos dizer que algum indivíduo possui o poder quando o sucesso de sua ação consiste em provocar, no meio em que vive, um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto. Quando o sucesso dessa sua ação depende do comportamento de outro ator, ele será possuidor de poder se conseguir dispor de recursos que induza no outro o comportamento desejado. Não importando se fará ou não o uso da violência para tal fim.

No entanto, podemos colocar a seguinte questão: É possível pensarmos em outra forma de relação social, onde o poder se manifesta de maneira diferenciada desse conceito tradicional? Estamos convencidos que sim. Pela investigação realizada acerca dessa conexão entre o ciberespaço e a democracia entendemos que as condições de possibilidades estão postas para que os atores sociais possam se valer de um outro conceito de poder denominado por nós de poder horizontal. Nesta concepção o poder nasce de uma relação dialógica entre os atores sociais. Essa nova relação de poder nasce de uma forma de comunicação ilucionária, ou seja, de uma comunicação aonde os interesses dos atores envolvidos não podem permanecer ocultos. Desse modo poderíamos dizer que alguém tem poder quando numa relação intersubjetiva alguém reconhece a capacidade do outro em fazer algo. Como o Ciberespaço se constitui em uma local aonde as pessoas podem se comunicar e terem acesso a uma infinidade de informações, acreditamos que essa força produtiva pode contribuir de forma decisiva para essa nova forma de relação de poder possa ser estabelecida.

Contudo, torna-se necessário ressaltar que tal afirmação é parcial uma vez

que a comprovação de nossa hipótese foi aferida a partir da verificação de apenas um portal. Necessitando, entendemos nós, de novas experiências a esse respeito para que essa nova realidade possa ser merecedora de maior credibilidade.

Além disso, os conceitos da pesquisa que aqui se encerra abrem a possibilidade de novos estudos sobre outros conceitos correlatos a esses que abordamos, e mesmo, de outros autores que já vem refletindo sobre o tema em questão. Vindo com isso alimentar novos esforços ao nível de mestrado e mesmo de doutorado.

Neste sentido, já como advento de uma nova pesquisa correlata a essa, indicamos a possibilidade da construção de novas tipologias em relação ao conceito de poder que também foi por nós estudado. Ousamos a seguir, apenas, indicar que conceitos seriam esses, destacando também sua correlação com a pesquisa até aqui trabalhada.

Ainda em relação ao exercício da democracia direta, através do ciberespaço, gostaríamos de salientar que sua efetivação torna-se viável se nele prevalecer o princípio da igualdade, resultante da organização humana através das instituições, em contraste com a diversidade humana do mundo privado. Para Habermas e Arendt, o espaço público é onde o homem, através de procedimentos discursivos, da convivência com a pluralidade humana, dos argumentos, pode compartilhar a construção de um mundo comum legitimado pelo conhecimento público e intersubjetivo de outros.

Na sua relação com o ciberespaço, a política, por sua vez, não pode mais se contentar em pensar os homens entre si em âmbito regional, mas pensá-los sobre o planeta como um todo. Essa afirmação indica a necessidade de pensar a política a partir de um novo paradigma. Por isso, é realmente todo um sistema a ser repensado, e, justamente, acreditamos que todas essas possibilidades de gestão em tempo real, não serão mais confiscadas pelos políticos profissionais, mas reapropriadas por todos.

Refletindo sobre as formas de se divulgar os resultados das experiências sobre a contribuição do Ciberespaço no exercício da Democracia Representativa ou Direta indicamos a necessidade de se Construir e incentivar cursos virtuais e presen-

ciais sobre a importância dessa relação, como forma de se assegurar o pleno exercício da própria cidadania.

Muito embora acreditemos que conseguimos com essa pesquisa, dar uma contribuição no tocante a esse assunto, entendemos que o tema permanece em aberto, evidenciando a necessidade de novos estudos para aprofundar esses os aspectos relativos a influência do ciberespaço no mundo da política. Contribuições essas que poderão ser realizadas por nós, como também, por demais membros da comunidade acadêmica em geral interessados em refletir sobre tais imbricações já indicadas.

Por fim, mas não por último, cabe ressaltar que dentre as limitações que empobreceram este estudo, estão o excesso de trabalho para se garantir a sobrevivência e a não pequena ignorância do autor, que tem plena consciência de que sabe o quanto não sabe. Contudo, quando são dificultadas as grandes obras, não é desperdício almejar as pequenas práticas com sucesso, este, aqui celebrado, pelo muito que se aprendeu.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. 10ª ed. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2000
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Nicola Matteucci e Gianfranco Paquino. Trad. de Carmem C. Variale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Vol. I e II, 9ª ed., Editora UnB., Brasília, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política – A Filosofia Política e as lições dos Clássicos**. Trad. de Daniela Deccaccia Versiani. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Ed. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Editora Ática. São Paulo, 1994.
- GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do Poder. Trad. de Hilário Torloni. Ed. Pioneira. 4ª ed. São Paulo, 1999.
- HARBERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. de Guido de Almeida. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.
- HARBERMAS. **Sociologia**. Organizadores: Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. Coordenador: Florestan Fernandes. Ed. Ática. São Paulo, 1993.
- LEBRUN Gerard. **O que é Poder**. Trad. Renato Janine Ed. Brasiliense. São Paulo, 1985.
- LÉVY, Pierre. **A Conexão Planetária – O mercado, o ciberespaço, a consciência**. Trad. Maria Lúcia e Ronaldo Entler, 1ª ed. Editora 34, São Paulo, 2001.
- LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva – Para uma Antropologia do Ciberespaço**. Trad. de Fátima Leal G. e Carlos Gaspar. Ed. Instituto Piaget, 2ª ed., Lisboa, 1994.
- LÉVY, Pierre. **Árvores de Conhecimentos**. Michel Serres. Trad. Mônica M. Seincman. 2ª ed. Ed. Escuta, São Paulo. 2000.
- LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Informação**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. Editora 34, 1ª ed., São Paulo. 1993.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Editora 34, 1ª ed. São Paulo. 1999.
- LÉVY, Pierre. **O Que é Virtual**. Trad. de Paulo Neves. Editora 34, 1ª ed., São Paulo, 1996.
- LIMIARES DO CONTEMPORÂNEO. Rogério da Costa. Org. Ed. Escuta, São Paulo, 1993.
- MARTINS, Carlos B. **O que é sociologia**. Ed. Brasiliense. 12ª ed., São Paulo, 1986.

THOMPSON. Jonhon B. **Mídia e Modernidade** – uma teoria social da mídia. Trad. de Wagner de Oliveira Brandão. 2ª ed., Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

<http://www.demo.meex.com.br>

<Http://www.democraciadireta.com.br>

[http://www.e-democracy.org/.](http://www.e-democracy.org/)

<http://www.fafich.ufmg.br/~revista/ed/ed.htm>

<http://www.portoalegre.rs.gov.br>

[http://www.portoalegre.rs.gov.br.](http://www.portoalegre.rs.gov.br)

<http://www.pr.gov.br>

<Http://www.redegoverno.gov.br>

<http://www.uol.com.br>